

Agustín Cueva, un gusto!¹

Raul Henrique Florindo²

Resumo:

O presente trabalho³ é síntese de uma primeira aproximação à obra do pensador equatoriano Agustín Cueva. Detemo-nos aqui em analisar fundamentalmente sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na América Latina” - publicada em 1977 - onde o autor demonstra um vasto domínio da história latino-americana e delinea suas principais categorizações a respeito do processo de nossas formações sociais. A análise de Cueva está profundamente comprometida com o horizonte socialista de nosso continente, desta forma, no curso de nossa análise procuramos evidenciar como Cueva compreende o horizonte estratégico da luta de classes em seu tempo histórico. Sendo uma primeira aproximação, nossas conclusões terão caráter sumário, uma vez que seria demasiado injusto ultra-generalizar afirmações a partir da avaliação de apenas uma de suas obras – ainda que consideramos a principal.

Palavras chave: Agustín Cueva – América Latina - Dependência – Revolução Socialista.

1 Este é um trabalho de conclusão de curso da pós-graduação *lato sensu* em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana; produzido sob orientação da professora Roberta Traspadini.

2 Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André.

3 Reservo este espaço para referenciar que este trabalho contou com uma substância elementar para sua confecção: a amizade – no sentido mais profundo da palavra – de Guilherme Sávio Marchi.

Pedagogia das Quedas.

*Há aqueles que quando caem não se levantam,
passam a fazer parte da terra,
Deitam-se, minerais, entre pedras e raízes
e dormem os sonos dos ausentes.*

*Mas há aqueles que quando caem
buscam no solo fértil novas energias,
buscam as raízes, reencontram as sementes,
abraçam o planeta e bebem dos rios.*

*Nunca estão sós,
nem mesmo no vazio da noite e da espera,
pois lhe encontram multidões de mãos companheiras
de todos os sonhos aprisionados.*

*de toda fome não saciada
de toda terra não repartida
de toda fúria contida
de todo futuro adiado.*

*Há aqueles que quando caem não se levantam
mas há aqueles que se levantam ainda mais fortes,
mais fortes que as derrotas,
mais fortes que as vitórias vazias,*

*mais forte que toda a força
que a aurora em vão adia.*

Porque Agustín Cueva?

*Estamos en el lugar en que se encuentra el hombre.
Estamos en el lugar en que se asesina al hombre,
en el lugar
en que los pozos mas negros se sumergen en el hombre.
Estamos con el hombre
porque antes muchísimo antes que poetas
somos hombres.*

Roque Dantón

Quero iniciar meu texto com a seguinte questão: Porque Agustín Cueva?

Felizmente, vivemos em alguns círculos acadêmicos brasileiros a retomada dos estudos das controvérsias da dependência, que por muito tempo ficaram apenas concentrados na imagem de Cardoso e Faletto⁴. Hoje temos uma alargamento benéfico aos estudos da dependência; a retomada de Ruy Mauro, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos – como outras autoridades do debate - tem provocado novos paradigmas analíticos para a leitura crítica de nosso continente⁵.

Meu trabalho vem neste sentido: incipiente, discreto, mas que visa postular uma contribuição para com a difusão de um autor pouco discutido neste momento de retomada dos debates a respeito da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que, ao meu ver, é rico em provocações pertinentes ao nosso momento histórico.

A primeira característica de Agustín que destaco é a figura do intelectual comprometido com as tarefas políticas de seu período histórico, é a figura do intelectual partidário desta ou daquela causa, e que orienta seu trabalho na defesa destes interesses. Não há obscurantismo a respeito de sua posição política, sua obra é devota dos interesses dos desvalidos e oprimidos.

Quero chamar atenção a esta característica, pois hoje, no cenário universitário tão caro às nossas vaidades, uma personagem desta é quase um elemento mitológico dos “gloriosos” anos 1960-70. Estamos tão distantes deste tipo de prática no nosso cotidiano acadêmico que intelectuais como Agustín (e não só ele) parecem que nunca mais existirão. O mesmo passa quando ao lermos os poemas de Neruda nos fazemos o questionamento: será que algum dia haverá novamente poetas

4. Prado, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. Comunicação&política, CEBELA, 2010.

5 “Uma nova geração tem se desafiado a reinterpretar a situação do Brasil e da América Latina, com base na TMD. Bianca Imbiriba (UFF), Carla Ferreira (UFRG), Carlos Eduardo Marins (UFRJ), Fernando Prado (UFRJ), Hugo Correa (UFF), Marcelo Carcanholo (UFF), Marina Gouvea (UNILA), Marisa Amaral (UFU), Mathias Luce (UFRG), Niemeyer Filho (UFU), Nildo Ouriques (UFSC), Nilson Araújo (UNILA), Pedro Evangelista Duarte (UFC), Rodrigo Castelo (UNIRIO) entre outros, são alguns intelectuais/militantes que têm contribuído, tanto no debate acadêmico quanto na projeção político-partidária, sobre os limites do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, latino-americano e mundial e as possibilidades de superação rumo ao projeto socialista-comunista.”. Traspadini, Roberta. Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência: da invisibilidade forjada à visibilidade reconstruída in, Revista Pensata, V.3. N.1, 2013. p. 76

de tamanho fôlego? É exatamente a mesma coisa: haverá intelectuais como Agustín, como Marini, como Florestan Fernandes, Vânia Bambirra, Caio Prado, etc? Haverá militantes comprometidos com a classe como nos anos 1960?⁶ Este horizonte que nos parece mítico deve ser quebrado e ressignificado, situar nosso momento histórico e percebermo-nos como sujeitos da história, bem como o fizeram estes autores, estes poetas, estes militantes. Agustín Cueva era um homem normal.

Seus primeiros textos sintetizam um esforço de disputar ideologicamente a hegemonia das concepções de cultura no Equador, concentram-se especificamente em debater o índio e a identidade dos povos. Aqui Cueva perceberá a quem, ou melhor, a qual classe social, a hegemonia cultural serve. Estes debates estão presentes nas obras dos anos 1960. O objeto analisado nestes textos para traduzir o modo como a identidade nacional era expressa é a literatura. Em seu livro “*Entre la ira y la esperanza*” Cueva faz um recorrido sobre como é manifesta a confecção da cultura nacional orientada às classes dominantes; exprime, por exemplo, o claro caráter racista desta cultura. A passagem de Fernanda Beigel sobre o referido momento é precisa:

En los primeros materiales, bajo el título *Colonia y Poesia*, Cueva se esfuerza por ubicar el lugar del indio en dicho período histórico, al que cabía un papel restringido. Al respecto dice, “... si el indio y 'lo indio' aparecen en las Historias, porque ellas comprendían también 'lo natural', no aparecen en cambio en la literatura i en el arte, terrenos reservados a lo humano y, en rigor, a lo natural sublimado... Y es que el español no podía ver a nuestro aborigen de manera distinta... como a medida que el descubridor devenía en colonizador deshumanizaba con sus actos al indígena, para conservar buena consciencia no le quedaba más remedio que deshumanizarlo también en la teoría. (BEIGEL, 1995, p. 41)

O segundo momento da produção teórica de Agustín tem por pano de fundo a preocupação de definir os horizontes estratégicos revolucionários em nosso continente. Para tanto, este debate passará pelas definições conceituais acerca das estruturas que compõem a dinâmica política e econômica da América Latina. Neste momento (1970) Cueva define suas concepções sobre o processo de constituição do capitalismo na América Latina. Imediatamente abre o debate com as controvérsias da dependência, em especial no texto “*Problemas y perspectivas de la teoria de la dependencia*”. Por agora nos toca enaltecer a problemática de fundo que incomoda Cueva.

Este entende o florescer da TMD como algo que carrega em si dupla perspectiva – a) romper com a tradição analítica das escolas burguesas desenvolvimentistas que se orientam pela ideia do dualismo estrutural; b) uma corrente que pretende alavancar um debate interno com o marxismo. Para Cueva, estas tarefas serão frustradas ao largo de sua confecção. Segundo ele, a TMD, não superará os limites do próprio desenvolvimentismo e, ao que toca o debate com o marxismo, confeccionará um “neomarxismo”, aparentemente beirando a vulgarização das teses marxistas.

Independentemente das conclusões de Cueva a respeito da TMD⁷, quero destacar que este

6 Ainda que saiba que estes sujeitos existam hoje, meu apontamento vai no sentido de como há um ocultamento ou mesmo desconhecimento generalizado.

7 Agustín faz uma ultra-generalização das controvérsias da dependência de modo que para aprofundarmos em seus

questionamento é o mesmo que devemos nos fazer ao indagarmos nossa prática política. Em que medida não seguimos fascinados com o desenvolvimentismo, traduzindo-o contemporaneamente por “governos progressistas”? A conjuntura política que atravessamos nos coloca como tarefa este mesmo cuidado; resgato aqui algumas reflexões de Claudio Katz acerca da impossibilidade do desenvolvimentismo como horizonte político razoável à classe trabalhadora, pois:

“Qualquer desenvolvimento capitalista será bancado pelas maiorias populares, porque os banqueiros e industriais exigirão lucros superiores à média internacional para embarcar nessa iniciativa [...] em qualquer de suas variantes, o Mercosul novo-desenvolvimentista seria um projeto incompatível com reformas sociais significativas e com melhorias duráveis no nível de vida da população. Esse projeto se sustenta em uma concorrência pelo lucro que implicaria atropelos contra os trabalhadores. Essas agressões poderiam ser moderadas durante certo período, mas ressurgiriam com mais brutalidade na etapa subsequente. Nenhuma regulamentação estatal permitiria que as pressões ofensivas do capital fossem restringidas indefinidamente. (KATZ, 2010, p. 64)

E ainda, é importante nos referimos aos acúmulos de experiência de luta dos trabalhadores que foram atacados, pois, no bojo da luta de classes, um projeto que implica a aceitação dos trabalhadores em intensificar os mecanismos de acumulação de capital, presume a desarticulação de seus espaços autônomos de classe, nos quitando a capacidade de impor frente às ofensivas do imperialismo um projeto que contenha as cores e horizontes da classe trabalhadora. Quero dizer que o novo desenvolvimentismo nos deixa um legado de continuidade do neoliberalismo que é o desmanche da organização proletária na América Latina. Outra vez, ecoando as observações de Katz:

Porém, se os explorados defendem um projeto que não lhes pertence, acabam por perder capacidade de ação. Jamais poderão melhorar suas posições trabalhando a favor do sistema que os oprime. Por esse caminho, acabam conspirando contra seus próprios interesses. A carência de uma agenda própria é o principal obstáculo com o qual os oprimidos se deparam na luta pelo socialismo. A política pró-desenvolvimentista acentua essa falta de autonomia ao subordinar as reivindicações dos assalariados às necessidades dos capitalistas. Em vez de aumentar a confiança das massas em sua ação própria, essa orientação reforça as expectativas do paternalismo burguês. (KATZ, 2010, p. 65)

É com este destaque que entendo a relevância dos questionamentos de Cueva. É com este questionamento que aceito o desafio de investigar sua principal obra, “*O desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*”⁸.

O comprometimento de Cueva está explícito ao largo de sua produção, e ao final dos anos 1980 Cueva abre um debate com esta temática, o comprometimento político da ciência. Para ele a partir desta década a sociologia perde seu foco em transformações estruturais, esta passa a se orientar pelo prisma privado da produção intelectual, caracterizando uma contração qualitativa da produção teórica:

Así la tendencia al aislamiento de la disciplina respecto de los conflictos sociales, que

posicionamentos a respeito precisaríamos de um espaço e tempo maior para expor de maneira séria o debate em questão, cabe aqui apenas aditar que Agustín trata todos os autores que se dedicaram a estudar a dependência como algo homogêneo.

8 Cueva, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo : Global Ed. 1983

veinte años atrás habría constituido una “herejía”, iría transformando a la “excelencia”, pretendidamente neutral, en sinónimo de cientificidad. Esto último se expresa hoy a través de sociólogos que se mantienen en una empiria “lisa y llana”, y en el desplazamiento del “espíritu del libro” al de los “informes”, los cuales buscan cumplir con los requisitos de las instituciones que los avalan, presentando resultados que consisten mucho más en un conjunto metodológico que teórico; en “... mar de datos...”, un conjunto de conclusiones tan irrelevantes como las hipótesis en las que ya venían incluidas. (CUEVA Apud. BEIGEL, 1995 p. 72)

Salta aos olhos a proximidade com nosso corredores. É neste sentido e com este espírito que procuro resgatar Cueva.

“O desenvolvimento do capitalismo na América Latina”: uma leitura estruturante.

*O livro bom
é claro
e necessário
a mim, a vocês,
ao camponês
e ao operário.*

Maiakóvski.

Sem dúvida Agustín é um pensador rigoroso em sua produção teórica, ao ler sua principal contribuição nos anos 1970 - “*O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*” - percebemos que o autor equatoriano possui um domínio inegável da história social latino-americana, o que torna sua leitura além de obrigatória, desejável dada sua fluidez e clareza. Certamente, Agustín não recai na “*ciência triste*” apontada por Huberman, onde “a teoria econômica se torna monótona quando divorciada de seu fundamento histórico”. (HUBBERMAN, 1986)

Fernando Henrique Cardoso⁹ em sua obra, delimita os trabalhadores como “títeres” da história sem dúvida este equívoco não está presente em nosso autor. Existe um cuidado em definir as estruturas econômicas e políticas levando em consideração a ação decisiva dos trabalhadores em suas jornadas para a constituição do tecido social, ou seja, no curso da luta de classes os trabalhadores cumprem papel de sujeitos em definir os horizontes de cada configuração nacional.

9 Katz ilustra bem a controvérsia de Cueva e Cardoso: “*Destacó que su enfoque sustituía el análisis de cada economía latinoamericana por un simple constatación de inserciones en el mercado mundial*”. De tal modo, Cardoso não questionava a dinâmica endógena das economias da região. Agustín observava isto expondo a omissão da questão agrária nos textos de Cardoso - não aparece na obra deste autor por exemplo a dinâmica da luta de classes entre latifundiários e camponeses, fator determinante, segundo Cueva, para a definição do subdesenvolvimento. Esta crítica se assevera quando Cueva diz que em geral aqueles que se propuseram a debater a dependência não tomam o cuidado de conceber os trabalhadores como sujeitos partícipes da história latino americana, uma vez que os protagonistas de nossa história se reduz basicamente a oligarquia e burguesia, quando muito as classes médias, assim, à classe trabalhadora ficaria reservado um pequeno papel de marionetes representadas pelo populismo.

Agustín produz esta obra em resposta a uma conjuntura política específica, não está preocupado apenas com a produção intelectual descompromissada, vaidosa, trata-se de disputar a compreensão das estruturas capitalistas na América Latina e vinculá-la à um projeto político de superação do capitalismo. Logo em seu prefácio de 1982 deixa evidente o cenário político latino-americano de uma “fluída conjuntura” de nosso continente, envolta em golpes de Estado e lutas de liberação, em torturas e feitos heroicos de resistência, de queda e ascenso da luta revolucionária, enfim, de relações sociais que trilham entre “la ira y la esperanza”; mas, de antemão deixa para o leitor o indicativo central que o orienta nesta produção, perceber como está prenhe nas entranhas de nossa América uma nova modalidade de acumulação do capitalismo dependente, em outras palavras, um novo dinamismo do subdesenvolvimento cujo marco central é a dinâmica do imperialismo a partir dos anos 1970. Essa é a preocupação que acompanha Agustín, tornar a discutir a acumulação originária, a formação dos Estados nacionais, as lutas de independência, o nascimento das lutas operárias na América Latina, não se alça como interesse de tornar-se “profeta do passado”, é um justo esforço de inserir às atividades políticas de seu tempo um conjunto de avaliações da realidade concreta com vistas a transformá-la.

Este resgate histórico das determinações estruturais da América Latina corrobora como uma contribuição para estudarmos e respondermos politicamente este cenário marcado por controvérsias das mais variadas. Desta forma faz-se necessário dizer uma vez mais: a instigante produção teórica de Agustín compõe um dos pilares aos estudiosos da América Latina, aos sujeitos que comprometidos com a vida humana, desejam subverter esta sociedade.

Sem mais demoras, passemos portanto, à sua obra.

Acumulação e desacumulação originária: a questão da debilidade.

*Solo quedaban huesos
rigidamente colocados
en forma de cruz, para mayor
gloria de Dios y de los hombres*

Pablo Neruda

Nossas pátrias são débeis porque foram violadas, ou fomos violados porque somos débeis? Essa polêmica para Agustín deve ser respondida à luz da análise dialética. Para nosso autor, responder esta incógnita tem por tarefa inicial desvendar a raiz do subdesenvolvimento.

Dirá Agustín que a essência do subdesenvolvimento é o abuso cometido pelas burguesias

dos países desenvolvidos contra as nações não industrializadas, aproveitando-se de nossas debilidades e, por conseguinte, reproduzindo em escala ampliada estas mesmas debilidades. Ora, mas que seriam estes abusos? Em palavras simples: os mecanismos básicos de exploração do trabalho e de dominação política, elevados a níveis verdadeiramente assustadores - mais adiante apresentaremos estes mecanismos.

O autor delimita que estes abusos originam-se enquanto subdesenvolvimento no momento em que nossas nações se apresentam ao mundo como formalmente independentes. Coloca a primeira questão a ser respondida: qual a raiz desta debilidade que permite estes abusos? Cueva nos sugere que a herança colonial gravada pela acumulação originária de capital – enquanto contributo para o advento da sociedade capitalista na Europa – delimitará as possibilidades concretas pelas quais faremos nosso trânsito à uma sociedade baseada em relações sociais de produção eminentemente capitalistas. É preciso assumir que essa marca originária da debilidade determinará o curso retardatário de nosso desenvolvimento. Dirá Agustín logo no enunciado de seu primeiro capítulo que as estruturas pré-capitalistas são a antessala do subdesenvolvimento.

Pois bem, define-se portanto que a chamada acumulação originária de capital constitui-se para nós como um elemento que, ao passo que cumprimos o papel de entesouramento Europeu, permitindo às nações centrais saltarem ao capitalismo industrial e subsequentemente impulsionar o florescer do capitalismo no mundo, vemo-nos enquanto nações formalmente independentes impelidas a caminhar rumo à complexificação capitalista de nossa sociedade carregando o custo de não dispormos mais de recursos originários. Com isto Cueva, apropriando-se das formulações de Enrique Semo, nos diz que a acumulação originária de capital deve ser vista e sentida como uma desacumulação originária, e, com isto definimos a matriz germinal de nossa debilidade. Este raciocínio está expresso da seguinte forma:

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo. Portanto, e sob a condição de não se tomar a concentração escravista ou feudal de terras na América Latina como um processo de acumulação *local*, é evidente que o movimento metropolitano de transição ao capitalismo, ao invés de impulsionar, freou o desenvolvimento desse modo de produção nas áreas coloniais. (CUEVA, 1983, p. 24)

Dito isto, concluimos em conformidade com Agustín que a desacumulação originária é o marco inicial de nossa debilidade, seja no âmbito estrutural, seja no aspecto superestrutural, pois saímos deste período, em termos marxistas, com baixíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas e com relações sociais de produção fundadas na herança escravista/servil – com a tônica de estarmos essencialmente conectados com o desenvolvimento capitalista mundial guardando uma particularidade que não se assemelha a nada em relação a qualquer outra formação social capitalista. Assim, o custo primeiro que nossas nações formalmente independentes terão de

enfrentar, economicamente, é a ausência de capitais para cursar o trânsito à sociedade capitalista, e segundo, enquanto relações de classe, a herança de uma sociedade cuja dinâmica engloba uma série de elementos que suscitam a continuidade de relações pré-capitalistas articulando-se gradativamente às relações propriamente capitalistas.

Vale deixar claro ao leitor, em termos sintéticos, o que Agustín está chamando de pré-capitalista. Esta matriz define-se pelo servilismo e pela produção assentada na escravidão, e ainda, determinará a forma específica das classes dominantes da região de uma cultura fundada na usura e na renda e, apenas complementarmente, em segundo plano, concebe-se a hipótese de constituir-se como eixo produtivo. Pode-se ilustrar estas formas “antidiluvianas” do capital observando o caso venezuelano – vale a larga citação:

O capital usurário impedia a penetração do capital na atividade agrícola, sem alterar o regime de produção em que esta se fundamentava. A tirania exercida pelos credores sobre os tomadores de empréstimos, através do juros, era transmitida por estes à mão de obra escrava mediante a violência da exploração... a usura, de certo modo, exercia uma dupla depredação, uma vez que com suas usurpações pecuniárias expropriava aos proprietários de terras o valor excedente produzido pela força de trabalho direta, e a esta, por intermédio dos produtores indiretos, condenava a uma deplorável extenuação. Como o dinheiro reproduzido por este tipo de espoliação não criava riqueza, e sim consumia as fontes de sua geração direta e subtraía o capital do proprietário até absorvê-lo totalmente, sua constante função depredadora acabava corroendo a produtividade do trabalho e a rentabilidade da terra até os limites do empobrecimento absoluto. (CUEVA, 1983, p. 35)

A respeito de como a debilidade inicial incide no curso de nosso desenvolvimento é importante destacar que há um movimento de reação endógena orientada pelas amarras conferidas pela dinâmica pré existente. Como dito nas primeiras linhas, nosso autor tem a habilidade de cruzar economia e história de maneira objetiva e elucidativa, neste momento tipifica estas atas da debilidade apresentando uma série de casos onde a consolidação do capitalismo faz-se difícil. Tomemos alguns exemplos: o caso brasileiro é expressivo e nos indica que longe de abandonar a matriz colonial, as relações escravistas intensificaram-se nos primeiros decênios da nação independente. Os dados apontam que até a data de 1800 havia no Brasil aproximadamente 2,25 milhões de negros escravos, enquanto no período 1800-1850, 1,35 milhões de negros escravos. Isto nos permite dizer que esta cifra corresponde a 38% de todo o período colonial, nos conferindo atributos para afirmar a intensificação de tal matriz. Cueva ainda discorre sobre o fato de que mesmo quando a economia mundial imputou dificuldades ao tráfico de negros escravos ao Brasil – bem como a outras nações – encontrou métodos de “substituição de importações,” formando criadouros de escravos.

No caso peruano Cueva ancora-se na leitura de Mariátegui: onde este diz que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina não teve por pressuposto a pequena propriedade, aquele ecoa esta afirmação dizendo que inversamente, a matriz em que desenvolvemos nosso capitalismo é a grande propriedade da terra baseada no servilismo, escravidão e às vezes no

salário nominal. Igualmente, é possível verificar isto no Haiti, onde a independência foi arrancada com esforços claramente populares e o Estado concentrou para si 90% das terras cultiváveis, e gradativamente foi distribuindo para militares e funcionários civis, criando assim, uma nova aristocracia agrária no país. Talvez apenas o Paraguai neste período fugia a esta regra, onde 17% eram proprietários particulares e o restante das terras eram concentradas pelo Estado que arrendava aos camponeses; no entanto, a Guerra da Tríplice Aliança arrasou esta estrutura, voltando a concentrar a terra nas mãos de proprietários particulares.

Cabe dizer por fim que esta estrutura discretamente apresentada acima define o germe de nossa debilidade, e imediatamente concede às burguesias centrais terreno aberto para cometer os abusos mencionados e reproduzi-los em escala ampliada. É importante dizer que estes abusos iniciais serão a forma propulsora do despertar da América Latina para as formas eminentemente capitalistas, e, subsequentemente, nossa porta de entrada ao subdesenvolvimento.

Amparada pela plataforma pré-capitalista na América Latina, as burguesias centrais – em especial a burguesia britânica em seu momento de constituição como nação imperialista – habilmente percebem brechas a serem aproveitadas, sob a justificativa de “ajuda” ao desenvolvimento. Sob esta blindagem diplomática escamoteia seus mecanismos de pilhagens usurárias através de especulação comercial.

Recorde-se que os empréstimos aos governos locais constituem 76,4% do total de inversões inglesas na América Latina em 1865, 74,1% do total em 1875 e 65,3% em 1885 [...] sua ação contribui para monetarizar, em muitos casos pela primeira vez, a economia local, mas não com vistas a uma implantação imediata do modo de produção capitalista, e sim com o fim de perpetrar aqueles atos de pilhagem típicos do capital comercial (CUEVA, 1983, p. 37)

Aqui Cueva sugere que no período de transição à sociedade efetivamente capitalista, o imperialismo instaurou um novo *modus operandi* para a região – o que estamos chamando de abuso até o momento, começamos agora a precisar formalmente como conceitos – a saber, a prática do *intercâmbio desigual*. No entanto, este movimento de impulsionar o desenvolvimento subordinado ao capital comercial inglês depara-se com entraves típicos desta forma de acumulação, e diante de sua demanda imperialista de alargar as fronteiras de realização da mais valia, via-se impelido a constituir novas formas de vinculação com a América Latina, neste caso, tratava-se das inversões estrangeiras diretas (IEDs) expressas, por exemplo, na construção das ferrovias. O fato de complexificar os mecanismos de abuso não significa o abandono de formas mais simples, isto é, as formas de pilhagens do capital comercial. Entende-se aqui que nascem novas determinações concretas em nosso metabolismo social que incorporam como plataformas as relações sociais anteriores, é dizer, estas novas determinações significam a incorporação de novas contradições para nossa sociedade.

A confluência destes elementos – estruturas pré-capitalistas e a inserção da América Latina

na cadeia capitalista mundial no período de nascimento do imperialismo - configurar-se-ão como o nascimento concreto de nossa dependência. Neste momento “*nossas nações deixavam de ser países simplesmente pré-capitalistas para converterem-se em verdadeiras sociedades subdesenvolvidas, com toda a problemática específica que isto implica.*” (CUEVA, 1983, p.39)

À guisa de uma conclusão primária acerca da debilidade inicial vimos que decorre da acumulação originária de capital uma desacumulação local que por conseguinte nos confere determinações concretas, que quando nossas nações iniciam a trilha do desenvolvimento capitalista o fazem amalgamando relações sociais pré-capitalistas vinculadas ao imperialismo, e que diante deste conjunto de contradições, o curso da história vai conferindo-nos imediatamente a particularidade do subdesenvolvimento. Assim, o florescer do tipo específico de capitalismo na América Latina será o florescer do capitalismo dependente no mundo.

Este conjunto de determinações talhadas pela desacumulação originária forja contradições específicas para o movimento de formação social de nossas nações latino americanas, a primeira delas que pretendemos demonstrar em consonância à obra de Agustín é a particularidade pela qual emerge o estado-nação em suas características elementares.

Entraves para a formação dos Estados nacionais e as especificidades da acumulação originária na América Latina

*Los que pagaran crímenes se sientan
hoy en el Parlamento, matriculan
sus matrimonios en las Presidencias,
viven con Cardenales y Gerentes,
y sobre la garganta acuchillada
de los dueños del Sur crecen las flores.*

Pablo Neruda

Vale debruçarmo-nos um pouco melhor sobre o modo como Agustín desenha neste processo de constituição do capitalismo na América Latina, apresentando suas percepções gerais acerca da formação dos Estados nacionais e os envoltos essenciais que determinam o processo de acumulação primitiva.

Diz o autor que a modalidade específica de nossa formação social, gravada pela herança colonial sistematicamente expressa em uma diversa matriz produtiva, onde convive um intricado

entre diferentes modos de produção, delimitará as dificuldades para a constituição do Estado nacional na América Latina. Agustín, acertadamente, afirma que o Estado não nasce no vazio, ou a partir de tipos ideais, ao contrário, nasce “*sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto internacional concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização.*” (CUEVA, 1983, p. 42)

Expressamente, Agustín nos indica que há uma heterogeneidade na base social deste período, caracterizada pela convivência de dinâmicas específicas do modo de produção capitalista nascente com uma série de outras formas de organização social pré-capitalistas que em sua síntese dificultam a unidade nacional. Dito isto, conclui que na base desse Estado nascente temos maior independência das partes (classes sociais e formas sociais de produzir riqueza) e menor interdependência econômica.

Aponta que o Estado nacional só é passível de existência mediante uma determinada plataforma econômica, política e conjuntural da história. Se pensarmos que o modo pelo qual o Estado latino-americano se erige se dá a partir de bases pré-capitalistas e que por isto mesmo, está ausente em sua morfologia uma burguesia em condições de protagonizar a transição ao capitalismo, chegaremos a conclusão de que a unidade nacional ver-se-á frustrada. Esta heterogeneidade e suas decorrências para a superestrutura latino-americana é sintetizada pelo autor equatoriano em duas passagens:

Não é de se estranhar, então, que a evidente autonomia dos diferentes segmentos econômicos, modalidade inevitável de existência dessa heterogênea matriz pré-capitalista, se tenha traduzido pela pouca coerência orgânica da sociedade em seu conjunto, e em particular de sua superestrutura política. (CUEVA, 1983, p. 43)

E

O que foi dito até aqui permite abordar mais um aspecto da questão, que poderia resumir-se dizendo que a possibilidade de formação de Estados nacionais verdadeiramente unificados na América Latina variou em função direta da existência de uma burguesia orgânica de envergadura nacional. O desenvolvimento de tal burguesia esteve naturalmente determinado pelo grau de evolução da base econômica de cada formação social, evolução que na primeira metade do século XIX não se pode medir de outra maneira pelo sua menor ou maior tendência geral de desenvolvimento *em direção* ao capitalismo. (CUEVA, 1983, p. 48)

Este apenas consolidar-se-á quando as formas antidiluvianas do capital forem efetivamente submetidas à acumulação capitalista em sua fase imperialista e quando estiver completa a acumulação primitiva no seio destas mesmas nações. Como vimos acima, tal fenômeno dá-se apenas a partir de 1860. Não é por outra razão que este período foi preenchido por uma sucessão de conflitos sociais, por uma constante intervenção estrangeira (como é o caso das nações da América Central, que não lograram sua acumulação originária com recursos próprios, submetendo-se ao domínio pleno do imperialismo). Apenas quando se estabiliza a heterogeneidade com o

protagonismo relativamente consolidado do modo de produção capitalista é que se estabiliza a nação. Em geral, o Estado assume aqui a forma liberal oligárquica.

A respeito de alguns entraves específicos para a acumulação primitiva¹⁰ na América Latina, Agustín destaca dois elementos que diferem da via clássica de desenvolvimento capitalista. A primeira diferença é que a acumulação originária nos países centrais deu-se amparada pelo saque sistemático dos recursos provenientes das colônias; o mesmo, obviamente, não pode ser dito para nosso caso. Para a América Latina a acumulação originária conta com o atributo da desacumulação originária e a sorte de encetar seu processo ao mesmo tempo em que consolida-se o imperialismo como forma superior de organização do capitalismo mundial. Nas palavras de Agustín, na América Latina:

[...] a acumulação primitiva só podia realizar-se sobre uma base interna e, o que é mais grave, afetada desde o início pela sucção constante que essas metrópoles não deixaram de praticar através do intercâmbio desigual, da exportação de superlucros e inclusive da pilhagem pura e simples dos países neocoloniais. (CUEVA, 1983, p. 71)

O segundo aspecto destacado é a impossibilidade de seguir as práticas protecionistas para o desenvolvimento de nossas economias, exatamente pelo fato de que, uma vez instaurado o imperialismo como nova configuração da divisão internacional do trabalho, às jovens nações independentes tocou o papel de conformarem-se como economias complementares para o capitalismo industrial.

É preciso dizer, este processo dar-se-á com maior ou menor intensidade dependendo das peculiaridades da luta de classe em cada formação social, ou seja, como cada nação em seu interior subordinará com maior ou menor violência as estruturas pré-capitalistas. Cueva nos indica alguns exemplos: lembremos das jornadas de Roca pelo extermínio e expropriação das terras indígenas na Argentina, a usurpação de terra indígenas expressa na “Pacificação de Araucania” no Chile, ou no Brasil a abolição da escravidão que liberou um contingente gigantesco de pequenos proprietários de força de trabalho.

Uma vez constituído o Estado oligárquico dependente nos termos apontados acima, cabe seguir no curso da exposição o modo pelo qual se dá a processualidade do desenvolvimento do capitalismo dependente e seguir os indicativos de Cueva acerca dos componentes estruturais que definem a essência reprodutiva do objeto em questão.

10 Vale apontar que Agustín define acumulação originária de capital basicamente como a constituição da propriedade privada dos meios de produção e a liberação imediata de um contingente de trabalhadores possuidores unicamente de sua força de trabalho.

O desenvolvimento reacionário oligárquico dependente e os pilares do subdesenvolvimento.

*Quem faz café virar dólar
e faz arroz virar fome
é o mesmo que põe a bomba
suja no corpo do homem.*

Ferreira Gullar

À medida em que vai se realizando a acumulação primitiva, o modo de produção capitalista vai imprimindo nas sociedades latino-americanas sua legalidade, submetendo todas as outras manifestações de organização social da produção à sua lógica preponderante, no entanto, como vimos, este processo caracteriza-se não por uma ruptura radical alavancada por uma burguesia revolucionária que varre todo o velho e enceta o novo; nada disso, esta opção inexiste dados os entraves apresentados para a formação do estado-nação bem como para a acumulação originária, a inércia endógena impõe novas regras ao dinamismo do desenvolvimento capitalista em nosso continente. O caminho deste trânsito caracteriza-se pelo amalgamar dos diferentes modos de produção que conviviam na América Latina, acrescido em sua dinâmica dos abusos orientados pelas burguesias imperialistas, de modo que cada formação social latino-americana porá em marcha este trânsito com maior ou menor tortuosidade dependendo das conjunturas específicas que envolvem a síntese da luta entre as classes sociais, ou seja, há os entraves comuns a todas as nações para avançarem ao capitalismo, no entanto, este desenvolvimento será desigual – veremos mais tarde como Agustín o caracteriza.

Vimos que o advento do capitalismo na América Latina é o advento do capitalismo dependente na estrutura imperialista de reprodução do capital e isto envolve especificidades próprias desta modalidade de acumulação. Nomeadamente, Agustín caracteriza este desenvolvimento como reacionário ou oligárquico dependente. Nosso autor percebe que a primeira grande característica que salta aos olhos é que este faz-se assentado no seio da grande propriedade rural, decorrendo disto formas de transição lentas que congregam em si uma significativa tradição servilista no modo como se produz e reproduz a sociedade¹¹. Expressamente Agustín toma por referência ao analisar nossa composição social as contribuições de Lenin e Mariátegui, ambos insuflam sua leitura.

Em especial, Agustín ao resgatar Lenin destaca que o modo pelo qual a América Latina

11 Agustín em uma de suas passagens no texto procurar defender-se de acusações estagnacionistas, diz ele que este eixo de desenvolvimento não tem por pressuposto a intensificação do desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, este desenvolvimento existe amparado em outras formas de extração de capital.

trilha para o capitalismo dependente é similar aos modelos destacado como *junker*, cuja característica central é a mencionada acima, o desenvolvimento assentado no grande latifúndio, e ainda, apoiado nas teses de Mariátegui, Agustín sugere que há uma unidade em nossa diversidade de formações sociais, que tendo o latifúndio como eixo de toda evolução percebe que há um resgate de formas de trabalho servis, semi-servis e ou escravistas conferindo uma aparência de regresso, no entanto essencialmente associadas a um processo de acumulação capitalista. Para ilustrar, na Nicarágua:

Para o plantador capitalista foi vantajoso conservar em sua empresa aqueles atributos das relações pré-capitalistas que representavam uma maior extração de lucro. Ele dividiu o trabalho, introduziu sua organização empresarial, mas conservou formas de vinculação colonial não sujeitas nem a salariado nem à regulação da jornada de trabalho. No campo nicaraguense, precisamente está generalizado o regime de salariado aparente ou marginal, caracterizado pelo fato de que o trabalho não dá origem a pagamentos em dinheiro, ou quando muito, uma parte em dinheiro outra em mercadorias e outros “agrados”: alimentos, uso de habitação, assentamento em parcelas, fornecimento de artigos de primeira necessidades, ferramentas, etc. Esta troca de bens e favores pode aparecer, como uma relação de tipo feudal ou semifeudal, mas na realidade, tanto pela estrutura social em que se inscreve, como pelo destino da produção a que dá valor com o trabalho, não é outra coisa senão o envoltório de uma desavergonhada exploração capitalista. (CUEVA, 1983, p. 83)

Com estes dois elementos – latifúndio como eixo do desenvolvimento capitalista e manutenção de formas servis de trabalho com essência capitalista – Agustín define que compõe parte da estrutura do capitalismo reacionário oligárquico dependente a centralidade na extração de mais valia absoluta, isto é, um redobramento da exploração do trabalho, e quando possível, um rebaixamento do preço da força de trabalho a limites vegetativos.

Ao avaliar as estruturas do tecido social do subdesenvolvimento latino-americano, identifica quatro particularidades que conferem um atraso em nossa estrutura social. Aqui seu vínculo ao pensamento de Mariátegui é integral. O primeiro elemento que Agustín destaca é o retardamento da constituição de um proletariado maduro e também, em segundo momento, o retardamento do florescer de uma burguesia “realmente moderna”. Para Agustín isto incide de maneira muito singular no modo pelo qual a luta de classe gravitará em nossa realidade social.

A respeito da primeira observação, em conformidade com Mariátegui:

[...] se a dissolução e expropriação [da comunidade camponesa, AC] tivesse sido decretada e realizada por um capitalismo em crescimento econômico autônomo e vigoroso, teria aparecido como uma imposição do progresso econômico. O índio então teria passado de um regime misto de comunismo e servidão a um regime de salário livre. Esta mudança o desfiguraria um pouco; mas o teria posto em condições de organizar-se e emancipar-se como classe, pela via dos demais proletários do mundo. No entanto, a expropriação e absorção graduais da 'comunidade' pelo latifúndio, de um lado o afundava mais na servidão, e de outro destruía a instituição que salvaguardava em parte o espírito e a matéria de sua antiga civilização. (CUEVA, 1983, p. 86)

O mesmo atraso para a constituição madura enquanto classe permeia a burguesia. Neste momento nosso autor recorre a Samir Amin para explicitar tal contradição. Diz ele que a burguesia nativa, antes mesmo de ter o conceito de lucro, pensa com os termos da renda – isto decorre do fato

que o nascimento da burguesia latino-americana é estritamente vinculado à aristocracia latifundiária, muitas vezes a burguesia é uma extensão da aristocracia. A contradição exposta aqui centraliza-se no debate de entender qual a finalidade da burguesia em sua utilização do excedente. As burguesias nativas, atadas pela consciência reacionária não manejam o excedente produtivamente, ao contrário, gastam-no com bens de importação.

A terceira particularidade destacada por Agustín é que os eixos já apresentados determinam sérios limites para o alargamento do mercado interno. Tomemos aqui o cuidado de não dizer que ele inexistente, pois é tarefa da acumulação originária de capital constituí-lo; debate-se, portanto, sua pouca profundidade. Pelo fato de termos uma estrutura produtiva assentada no grande latifúndio e na pauperização absoluta da classe trabalhadora que é submetida a formas de trabalho servil, e uma burguesia que é bem mais uma extensão leviana da aristocracia agrária e que maneja seu excedente deslumbrada pelos fetiches da sociedade central, vemos o crescimento do mercado interno enfrentando gargalos intransponíveis para desenvolver-se.

Por fim, associado a todas as características anteriores, Agustín destaca que América Latina dentro da cadeia capitalista mundial, conforma-se como prolongamento do mercado imperialista. Diz ele que os exemplos da América Central são caricatos para este fenômeno:

Os salários dos operários bananeiros são, normalmente, de cem a trezentos por cento maiores em relação ao resto do país. O problema é que o consumo se canaliza através das chamadas *tiendas de raya* ou *comisariados*, empresas comerciais do enclave que vendem no varejo artigos e manufaturas importadas e geralmente a preços favoráveis (por tratar-se de produtos cuja importação não se paga impostos). O funcionamento dos *comisariados* isola a economia do mercado local o setor trabalhista mais bem remunerado do país, e afasta toda a possibilidade de vincular a potencialidade consumidora do trabalhador agrícola da *plantation* ao mercado nacional, que carecia de uma demanda capaz de injetar-lhe dinamismo.(CUEVA, 1983, p. 90)

Enfim, estes são os elementos apresentados pelo autor que mais saltam aos olhos, que são um ônus herdado de nossa debilidade inicial, e que nos acompanham como entrave por todo o tortuoso caminho de complexificação do capitalismo dependente.

A articulação destas quatro características do capitalismo dependente segue sendo aprofundada analiticamente por Agustín de modo que nosso autor começa a delimitar categorialmente os eixos que estruturam nossa particularidade. No que toca ao problema de restrição do mercado interno, podemos verificar que o capital imperialista alavanca uma tendência à monopolização dos setores produtivos e conjunto a isto, constitui-se uma dinâmica desarmônica das estruturas produtivas no interior de cada nação.

A via reacionária assentada na grande propriedade rural, intensifica seu caráter oligárquico dependente à medida em que o imperialismo assenta seu domínio nos eixos de desenvolvimento capitalista. Agustín nos fornece o dado que entre 1880 e 1914 os capitais britânicos e em menor medida norte-americanos já dominavam pontos nevrálgicos da economia (ferrovias, minas,

frigoríficos, cereais, engenhos, aparelho financeiro e etc).

Com isto, os chamados abusos generalizam-se. Ora, esses abusos tem nomes, e Agustín não se furta em deixá-los expressos: são mecanismos de transferência de excedente econômico baseado na exploração absoluta da força de trabalho, originalmente alavancada pela manutenção dos modos de produção pré-capitalistas cuja finalidade é rebaixar o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, e quando possível comprimi-lo a limites vegetativos. Associado a isto, cristalizam-se as possibilidades de obtenção de um superlucro através das transações comerciais, ou em sua expressão mais profunda, superlucros oriundo de um *intercâmbio desigual*. Vale dizer mais uma vez: tudo isto à custa do estrangulamento do mercado interno.

Sua definição conceitual acerca do intercâmbio desigual é apoiada na produção do pensador peruano Peter Klaren:

Os capitais investidos no comércio exterior podem obter uma taxa de lucro superior porque, neste caso, em primeiro lugar, compete-se frente a mercadorias produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende suas mercadorias acima do valor, ainda que mais barato que os países competidores. Na medida em que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de maior peso específico, cresce a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal. A mesma relação pode ocorrer com relação ao país ao qual se enviam mercadorias e do qual se trazem mercadorias; ou seja, se esse país dá maior quantidade de trabalho objetivado *in natura* [em espécie] do que recebe, obtém dessa maneira, não obstante, a mercadoria mais barata do que ele mesmo a tivesse produzido. (KLAREN Apud. CUEVA. 1983. p. 92)

A dinâmica monopolista baseada no intercâmbio desigual e na radicalização da exploração da força de trabalho constrói uma estrutura produtiva gravada pela *heterogeneidade estrutural*. Isto significa dizer que por um lado algumas nações convertem-se em imensas *plantations*¹² – por outro, em nações onde logrou-se um pequeno patamar de desenvolvimento industrial a disparidade segue sendo escalar, onde o predomínio do oligárquico (como eixo) sufoca os demais. Neste sentido conclui: “a deformação é amiúde tão grande que sequer chega a desenvolver-se, junto a agricultura de exportação, uma agricultura de consumo interno capaz de abastecer as necessidades alimentares da população local.” Estas distorções marcadas pela relação do intercâmbio desigual, radicalização da exploração do trabalho e da heterogeneidade estrutural são as distorções que hoje chamamos subdesenvolvimento.

Agustín sintetiza a presença monopolista em nossas estruturas oligárquico-dependentes com três custos centrais: a) a desnacionalização completa de nossas economias; b) o fato de que os investimentos orientados pelo capital imperialista concretam-se onde for conveniente a estes, com um descompromisso total para com o desenvolvimento harmônico da nação uma vez que o que os orienta são as possibilidades de obtenção de superlucros; c) institui-se os mecanismos de sucção de excedentes.

¹²Agustín aponta este fenômeno como deformação máxima das nações, onde o caso de Cuba é dado como exemplo.

Abre-se aqui uma diferenciação importante de sua obra dos demais autores marxistas que estão produzindo literatura acerca do subdesenvolvimento na América Latina, em especial de Ruy Mauro Marini. Não é nosso objetivo discorrer sobre as posições de Ruy Mauro neste trabalho, mas é preciso apontar ao leitor que o cuidado de não chamar a pauperização das massas de superexploração da força de trabalho – como categoria de um capitalismo *sui generis* -, ou mencioná-la como uma aparência destacada entre aspas no texto de Agustín é sua postura política e teórica frente às contradições concretas da realidade social latino-americana. Agustín demarca que a pauperização absoluta é necessariamente mais exploração, como um fenômeno de radicalização da lei do valor – por isto a opção deste trabalho em delimitar a expressão “realização extremista” da exploração da força de trabalho. Esta definição está presente no seguinte trecho:

Neste sentido a modalidade de desenvolvimento na América Latina não constitui propriamente um desvio da regra, e sim muito mais uma realização “extremista” dela. Por isso o desenvolvimento desigual adquire aqui o caráter de uma verdadeira “deformação”, ao mesmo tempo em que a exploração e a conseguinte pauperização das massas assumem o aspecto de uma “superexploração”, sobredeterminadas por um contexto do qual se poderia dizer, parafraseando Marx, que não só padecem dos males intrínsecos de desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas também os decorrentes de sua falta de desenvolvimento, e onde, “além das misérias mais modernas, nos oprime toda uma série de misérias herdadas. (CUEVA, 1983, p. 97)

Foram apresentados aqui de modo sumário os elementos estruturantes pertencentes a todas as formações sociais dependentes, foi tecido um movimento analítico que visa captar as estruturas dependentes em profunda conexão com a reprodução do capitalismo mundial. Pois bem, nas sendas de Agustín, nossa tarefa agora é afunilar a análise para o nível de abstração das singularidades dependentes, ou seja, estes pilares são comuns à todas as nações dependentes, no entanto, todas as nações dependentes não são iguais. Quais são as determinações fundantes desta contradição? Vejamos.

A estrutura desigual

*O concreto é concreto porque
é a síntese de múltiplas determinações
e, por isso, é a unidade do diverso.*

Karl Marx

Acompanhando as problemáticas que Agustín se propõe a responder, reserva-se a este momento pensar não os elementos que definem as estruturas comuns da dependência; nosso autor se insere no debate que gira em torno das “*dessemelhanças*” da dependência. Saltam aos olhos as diferenças entre as nações dependentes de nosso continente. Obviamente Argentina, Brasil e

México possuem um conjunto de elementos que se diferenciam de Haiti, Bolívia e Peru – para se encerrar num exemplo simples. A pergunta que se coloca é: qual a lógica existente na conformação destas nações para que possuam diferenças tão grandes? Lembrando que devemos aceitar, segundo a propositura de Agustín, que as leis gerais do capitalismo dependente operam em todas estas formações sociais.

Este debate não é exclusivamente inserido por nosso autor; neste momento em que está tecendo seu texto conta com uma vasta produção a respeito do tema. Em seu texto, pinça três leituras que o parecem palatáveis, sendo estas: as teses de Cardoso e Faletto, as contribuições de Celso Furtado e ainda as de Osvaldo Sunkel¹³. Estas teses apresentavam razões para o desenvolvimento desigual baseadas em conceitos como *colônias de povoamento* e *colônias de exploração* - caso de Cardoso e Faletto; fundavam suas análises focando as diferenças como resultantes do tipo de produto exportável, como sugerem as teses de Furtado, e, por fim, Sunkel propõe um esquema analítico mais complexo tipificando as diferenças em *centros coloniais*, *áreas de subsistência*, *áreas vazias* e *agricultura de exportação*. Não nos cabe aqui discorrer detidamente sobre estas leituras, uma vez que fugiria em demasiado de nosso objeto de estudo, trouxemos aqui estas referências apenas para ilustrar que em seu momento histórico Agustín já contava com um acúmulo de debates, e por sua vez, adotará postura original frente a todos eles.

Para nosso autor, todas as leituras em voga acerca do desenvolvimento desigual sucumbiram a tipologias que apenas descreviam superficialidades do movimento histórico, eram em grande medida, narrativas ilustrativas do fenômeno, e por isto mesmo aquém da possibilidade de captar a essencialidade do movimento contraditório próprio do desenvolvimento desigual. Trata-se de uma questão de método. Ao distanciarem-se do método materialista dialético, estes autores não puderam perceber as singularidades envolvidas na constituição das diferentes formações sociais. Esta defesa está expressa da seguinte forma:

Sem este horizonte teórico, a própria “situação preexistente” a que se referem descritivamente Sunkel e Paz torna-se órfã de uma explicação consistente, do mesmo modo que a evolução posterior das diferentes sociedades latino-americanas. De qualquer forma, as *tipologias* elaboradas pelos autores mencionados não parecem substituir com vantagem uma conceituação baseada no materialismo histórico, como em seguida trataremos de demonstrar. (CUEVA, 1983, p. 101)

Pois bem, ao refutar as tipologias mencionadas, como Agustín apreende o movimento concreto da realidade latino-americana em sua unidade e diversidade? Dirá que as diferenças entre as nações dependentes devem ser entendidas no movimento específico de consolidação do capitalismo no interior de cada formação social, de modo que o que deve ser avaliado é exatamente como o capital subsume os modos de produção que o precediam:

13 Seria impossível não dizer que neste momento Agustín simplesmente ignora uma das maiores contribuições acerca do desenvolvimento desigual do capitalismo dependente na América Latina; refiro-me aqui a obra de Vânia Bambirra “O *Capitalismo dependente na América Latina*” já publicada em 1972.

[...] isto é, dos modos de produção articulados em cada formação social, base sobre a qual se definem inclusive as modalidades específicas de vinculação de tais formações com o sistema capitalista imperialista mundial, evidentemente em uma cadeia de recíprocas determinações. (CUEVA, 1983. p.101)

A síntese deste processo indicará os caminhos que trilhará cada nação. Em palavras simples, o confronto dos modos de produção e seu resultado exprime a forma particular de cada nação dependente e, subsequentemente suas diferenças. Estamos diante de uma tese que defende que o processo de formação social não cabe em um conjunto de tipologias que homogenizam em blocos os diferentes processos, e sim, vai ao cerne do movimento específico da luta de classes em cada nação para a partir daí, poder abstrair as razões que compõem as diferenças em nosso continente.

É válido explicar que a construção de sua tese nos permite trabalhar a análise em duas esferas, a primeira, o desenvolvimento desigual entre as nações dependentes, ou seja, em uma escala regional; e em um segundo momento de sua exposição, remete-se ao desenvolvimento desigual no interior mesmo de cada nação. É preciso dizer que a exposição argumentativa separa o movimento para melhor defini-lo em suas partes, mas o método utilizado nos sugere que estas ramificações são partes do todo, isto é, a separação é meramente uma ferramenta expositiva.

Caberia agora, verificar rapidamente como Agustín expõe isto vislumbrando apenas um dos casos expostos por ele. Como vimos, o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina não é necessariamente marcado por rupturas abruptas, isto é, no seio deste processo convém usar a conhecida expressão: *o novo encarna o velho*. Com isto quero dizer que no fluxo de subsunção dos modos de produção pré-capitalistas ao próprio capital, este, por vezes incorporou superando qualitativamente algumas formas de ordenamento do trabalho, isto é, valeu-se de organizações servis do trabalho colocando-as a serviço de seu próprio processo de acumulação. Vejamos como Agustín expressa isto avaliando o caso equatoriano:

É certo que o desenvolvimento da economia agroexportadora na costa equatoriana constitui a primeira etapa de transição para o capitalismo, mas não se pode esquecer que isto ocorre em condições muito específicas: a) a partir da fazenda senhorial, na qual se mantém relações semi-servis e técnicas rudimentares de cultivo durante todo o ciclo do cacau; b) com uma remuneração da mão de obra que, em última instância, está determinada pelo valor da força de trabalho nas áreas feudais da serra; e c) sem que se produza qualquer modificação na estrutura econômico-social dessas áreas, que até a terceira década do século XX ainda retinham 70% da população total do país. (CUEVA, 1983, p. 102)

Sem estender-se na análise, Agustín nos coloca este exemplo para vislumbrar o modo pelo qual a síntese do choque dos modos de produção no Equador forja uma realidade social que – sem medo de errar por muito – nos permite dizer que assenta uma estrutura retardatária que freia o processo de desenvolvimento industrial, uma vez que há um setor agroexportador que se reveste até sua medula por uma modalidade de acumulação capitalista erguida e reproduzida pelo convívio com as formas “feudais” de organização do trabalho. Isto produzirá no Equador, no mínimo uma

situação de *enclave*¹⁴ que tende a uma aberrante situação de compor um baixíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Creio que encerramos aqui as características essenciais descritas por Agustín acerca do capitalismo dependente em sua primeira expressão histórica. Tracejamos as raízes da debilidade na América Latina e suas implicações concretas para nosso desenvolvimento capitalista, definimos que, em conformidade com o autor, este processo conta com especificidades no curso de formação dos Estados nacionais e sobretudo, particularidades reprodutivas dentro da cadeia capitalista mundial e apontamos como pilares as categorias que para Agustín seriam os elementos definidores de nossa essência: o intercâmbio desigual e a realização extremista da lei do valor. Estes pilares gravam em nossa América uma unidade que como vimos não é homogênea, ao contrário, é impressa por um desenvolvimento desigual que é determinado em última instância pela singularidade de como o capital vai subordinando ou extirpando os diversos modos de produção pré-capitalistas. Passemos agora à análise de como esta gama de contradições do capitalismo dependente influi na luta de classes.

14 Nos termos de Agustín: “Em seu mais estrito rigor, tal conceito se refere à existência de “ilhas” de capitalismo monopolista incrustadas em formações pré-capitalistas, com as quais não mantém outra relação além da sucção de excedentes”. (CUEVA, 1983. p106)

Classes sociais e revolução democrático-burguesa no Estado oligárquico dependente

*Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.*

Carlos Drummond de Andrade

Passamos agora a um momento de nossa exposição onde é mister apresentar o modo pelo qual Agustín verifica os horizontes da luta de classes no bojo do Estado oligárquico dependente, tendo em vista, agora sim, como está expresso em alguma medida – para nosso autor - as definições da estratégia da revolução socialista na América Latina na primeira metade do século XX.

Para tanto, voltemos um pouco na definição de revolução democrático-burguesa. Agustín, em palavras simples, delineia que a finalidade de uma revolução deste tipo em nossa América não significa fazer o trânsito de uma sociedade feudal para uma eminentemente capitalista, haja vista que no momento de constituição e ao largo da vida do Estado oligárquico-dependente as relações sociais de produção capitalistas já estão em curso. A tarefa concernente à revolução democrático-burguesa era, simplesmente, dar um salto qualitativo no modelo de acumulação de capital, isto quer dizer, saltar de uma modalidade de acumulação reacionária para uma modalidade onde haja espaço para um *desenvolvimento democrático e progressista*. É preciso ser justo com Agustín e dizer que nosso autor toma o devido cuidado de não apresentar a revolução democrático-burguesa em nossa América como uma *necessidade inelutável da história*, e sim a apresenta como uma *alternativa histórica*, a depender da processualidade da luta de classes.

Ora, imediatamente, a pergunta que passa na cabeça do leitor é: quem seria o sujeito? Agustín está nos induzindo a crer que haveria no capitalismo dependente uma burguesia industrial competente, capaz de realizar sua tarefa histórica e dar um salto de qualidade frente à oligarquia reacionária, e com isto alçarmo-nos a uma via democrática e progressista? Não. Atenhamo-nos um pouco ao modo como Agustín desenha as classes sociais e suas potencialidades dentro da luta de classes, as conclusões reservamos ao final desta exposição.

Como dito acima, a revolução democrático-burguesa é uma alternativa histórica a depender da luta de classes. Sabemos que esta é determinada em última instância pelas particularidades que compõem a própria dinâmica dependente do capitalismo latino-americano, dito isto, é válido lembrar que a oligarquia não é necessariamente uma classe antagônica à burguesia industrial – caso a oligarquia representasse um senhor feudal poderíamos considerar a hipótese, mas já deixamos claro que não se trata disto – uma vez que a oligarquia exportadora é também uma fração de classe

burguesa, de tipo específico, é claro, a saber, uma burguesia *junker-dependente*. É uma afirmação no mínimo estranha, considerando que este mesmo setor burguês conserva expressões nitidamente senhoriais e expressa relações de trabalho de natureza pré-capitalista. O que Agustín nos chama atenção é que oligarquia exportadora e burguesia industrial não são antagônicas porque os elementos que as orientam para reproduzirem-se no mundo tem um ponto de unidade fundamental: a reprodução do modo de produção capitalista. Neste sentido, e apenas neste, pode-se dizer que não são antagônicas por não competirem modos de produção distintos. O que Agustín revela vai na direção de expor que o que podemos diferenciar entre uma e outra é que quando tensionada esta relação, a burguesia industrial apresenta um projeto de desenvolvimento diferente do projeto oligárquico exportador.

Na própria morfologia do capitalismo dependente não há este antagonismo uma vez que a burguesia industrial é caudatária do setor oligárquico exportador. O que há é um tensionamento concorrencial pela acumulação de capital. Nos termos de nosso autor:

[...] é preciso ter presente que o desenvolvimento do setor primário-exportador é, na América Latina, a via mais expedita de acumulação de capital, razão por que a contradição existente entre tal setor e o industrial não decorre de uma necessidade objetiva de abolir o primeiro, mas gira em torno da apropriação do excedente econômico por ele gerado. Isto não quer dizer que a modalidade de desenvolvimento do setor agroexportador não crie em determinado momento um “funil” para a expansão do setor industrial, ao impor severos limites à ampliação do mercado interno, abrindo com isto um espaço específico de confrontação entre as frações agrárias e industrial. (CUEVA, 1983. p. 140)

Desenhado isto, podemos identificar na passagem de Agustín que não há um antagonismo, e sim uma unidade contraditória: apropriar-se do excedente produzido pelo setor primário-exportador gesta a contradição de que em dados momentos se expressa uma relação difícil de harmonia entre estas duas frações de classe, uma vez que a própria modalidade de desenvolvimento reacionário cria barreiras para a sobrevivência da burguesia industrial. Esta posição concreta da burguesia industrial dentro da modalidade de acumulação reacionária apresentará uma correspondência política, determinará seu horizonte político e suas práticas possíveis, estas estarão baseadas em sua possibilidade real.

Em síntese, esta correspondência política na prática será o reformismo. Para a burguesia industrial desempenhar um papel revolucionário, esta deveria destruir sua base de acumulação, a oligarquia primário-exportadora. Para ela destruir seu porto seguro e transitar a uma aventura revolucionária em nome do progresso e da democracia é uma verdadeira maluquice. Nas palavras de Agustín, para a burguesia industrial, a revolução democrático-burguesa se apresenta como um grande “*salto no vazio*”.

Portanto, para Agustín, a alternativa histórica do progresso e da democracia não é e não pode ser, por determinações concretas, encampada pela burguesia. Neste momento, o leitor deve estar se perguntando: “estou convencido que não pode ser a burguesia, e que a revolução

democrático-burguesa não é uma condição sem a qual o capitalismo dependente não possa reproduzir-se. Esta se apresenta na história como uma alternativa, e se ela é isto mesmo, algum sujeito histórico deve ser capaz de conduzi-la, seria o proletariado?” Vejamos.

Consideremos como plano de fundo as características elementares da modalidade de acumulação reacionária já apresentadas no curso de nossa exposição, com isto em mente, chegamos a uma constatação muito simples, o proletariado como tal é ainda muito jovem, sua formação como classe na América neste momento é fundamentalmente recente, e isto não é descartável em nossa análise, dado que há implicações políticas que decorrem disto – um primeiro desdobramento deste fato é a situação de sua disposição geográfica. Diz Agustín que o proletariado ao ser constituído enfrentará como problema sua dispersão física, isto é, há no próprio movimento de consolidação urbana do proletariado um isolamento, é preciso dizer ainda que o proletariado neste momento é também numericamente débil. Este isolamento, por sua vez, afetará e imporá limites ao processo de desenvolvimento da consciência de classe e ainda, problemas para sua organização propriamente política.

Um segundo elemento destacado por Agustín que nos é caro expor, é que há no processo de consciência de classe para o proletariado uma imbricada aparência do real que o confundirá ao forjar suas tarefas históricas como classe. Diz nosso autor que o fato de o proletariado ter sido forjado no seio do Estado oligárquico o leva a confundir-se nas esferas das lutas políticas e lutas econômicas, em outros termos, no seu cotidiano, o proletariado se defronta com a burguesia industrial, mas, na esfera do poder, ou seja o Estado, seu inimigo será a oligarquia, assim, o proletariado padece confuso. Agustín toma emprestado as palavras de Quijano:

No plano das relações econômicas, o proletariado estava diretamente submetido à exploração burguesa. Mas no plano da dominação política acabava submetido à dominação tanto da burguesia como dos latifundiários senhoriais. E, na medida em que as frações senhoriais de coalizão de poder marcavam o estilo concreto de dominação política, todas as aparências indicavam que a dominação política principal era a senhorial, pois o caráter oligárquico do Estado se fundava sobretudo nela. Esta incongruência entre a exploração econômica e a dominação política na situação concreta do nascente proletariado, dificultava a este a percepção do caráter burguês imperialista da função central desse Estado, assim como a apresentação da dominação imperialista em termos nacionais ocultava o problema de classe sobre esta cobertura nacional. [...] Em tais condições, o proletariado enfrentava dificuldades muito graves para forjar sua consciência política de classe, pois uma luta depuradamente antiburguesa não parecia viável. A luta no terreno econômico contra o capital não produzia uma consciência clara no terreno da luta política contra a burguesia. (QUIJANO *apud* CUEVA. 1983 p. 144)

Pois bem, Agustín nos está dizendo que neste período histórico, o proletariado não consegue se universalizar como vanguarda do movimento revolucionário em direção às transformações radicais da sociedade capitalista, isto é, não se encontra em condições de encampar a luta pelo socialismo. O peso desta afirmação leva Agustín a identificar que a direção proletária – ainda que atue sob a rubrica dos partidos comunistas e socialistas – se movimenta, pela sua possibilidade real, em função de uma objetividade democrático-burguesa. De tal modo, respondendo a inquietação do

leitor, sim, Agustín vislumbra que o proletariado é potencialmente sujeito da revolução democrático-burguesa.

Cabe fazermos uma ponderação: trata-se de uma impotência imposta ao movimento operário resultante da própria forma que a acumulação de capital assume no capitalismo dependente; é preciso entender o desenvolver deste em sua processualidade. Ao que diz respeito ao horizonte socialista, Agustín nos deixa claro que *“a depuração do caráter proletário das lutas dos trabalhadores só ocorre na fase pós-oligárquica, ou seja, quando a própria matriz estrutural vai decantando a estrutura de classes em um sentido cada vez mais capitalista.”* (CUEVA, 1983, p. 146, grifo nosso) Neste sentido Agustín vale-se da tese de Marx de que os homens fazem a história mas não como o desejam. Veremos mais adiante como se dá este trânsito à nova modalidade de acumulação do capital pós-oligárquico e voltaremos à questão de como Agustín concebe as tarefas da revolução socialista.

Por hora, para captar o caminho analítico percorrido por Agustín, destacamos uma última afirmação sobre este ponto. Dialogando com Marx, nosso autor esforça-se para captar o movimento operário em seu movimento de amadurecimento determinado pelas condições concretas da história: *“Durante toda essa etapa, os proletários não combatem, portanto, contra seus próprios inimigos, e sim contra os inimigos dos seus próprios inimigos, ou seja, contra os restos da monarquia absoluta, os proprietários territoriais, os burgueses não industriais e os pequenos burgueses.”* (CUEVA, 1983, p. 145)

Por fim, atenhamo-nos agora em conformidade com a análise de Agustín, ao campesinato. Este, igualmente, padece da impossibilidade de irromper na história como uma direção socialista radical, no entanto, os conteúdos que desembocam nesta conclusão passam por outras determinações. A principal característica deste fenômeno é a contradição expressa entre os interesses do campesinato – posse de terras – e o da oligarquia junker – posse de terras; o primeiro na posição de expropriado e o segundo, na posição de expropriador. Esta é a consideração mais básica que alavanca as homéricas jornadas de luta do campesinato, estas confrontações assumem na história a posição de maiores experiências dos trabalhadores organizados, expressas em especial na Revolução Mexicana e na Nicarágua sandinista.

No entanto, o cuidado de Agustín para não recair na euforia dos episódios históricos fica evidente quando define que o conteúdo central – e subsequentemente o fator que confere o impedimento de um horizonte socialista – de tais lutas é um *campesinato em via de proletarização*, e isto se cristalizará no processo de formação da consciência de classe como um prisma que freia a possibilidade real de um projeto coerente que universalize no movimento de massas a consciência elementar para um trânsito ao socialismo.

É preciso dizer também, para desmistificarmos o campesinato que este não é propriamente

um setor homogêneo. Fora dito que o curso mesmo do desenvolvimento do capitalismo oligárquico-dependente na América Latina incorpora elementos pré-capitalistas, que neste caminho não ocorre uma ruptura com formas de sociabilidades prévias, e que por isto mesmo, a estrutura de consciência do campesinato “*mantém inclusive a velha cristalização de “castas”; ou seja, essas barreiras étnico culturais que constantemente tendem a deslocar as frentes de combate real.*”(CUEVA, 1983. p. 143)

Dito isto, quer Agustín afirmar que o paradoxo, a principal contradição que o campesinato sofre, é o fato de olhar nostalgicamente para o passado como algo a ser restituído para o futuro, esta situação o coloca em posição de rebelar-se frontalmente contra o modelo de acumulação reacionário alçando uma ponte para demandas reformistas, ou em termos mais claros, para uma sociedade democrática e progressista. É dizer que as lutas dos camponeses em vias de proletarização – marcadamente na primeira metade do século XX – estão contraditoriamente fadadas a esbarrarem no limite da revolução democrático-burguesa.

Sáimos destas considerações de Agustín com uma profunda inquietação. Nosso autor nos está dizendo que todas as movimentações históricas tinham por barreira intransponível a revolução democrático-burguesa e que apenas quando sucumbe a forma oligárquico-dependente o proletariado vê-se em condições de protagonizar um movimento revolucionário para além do capital. Ao que nos parece, Agustín ou está sendo demasiado franco com a realidade histórica da luta de classes na América Latina – e nossos anseios vaidosos e entusiasmados não nos permitem aceitar -, ou recai de joelhos perante às orientações etapistas marcadamente influenciado pelas teses da III Internacional.

Este texto não abrirá uma posição concreta sobre este posicionamento do autor, cremos ser demasiado irresponsável acusá-lo sem uma leitura mais detida de todo o conjunto de sua obra, por hora, apenas deixamos claro, que em “*O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*” Agustín Cueva abre este ponto incógnito em seu livro.

Resta-nos ainda, no corpo deste trabalho, apresentar como o capitalismo dependente se movimentou rumo à industrialização e como esta base concreta modificará as demandas da luta de classes.

Caracterização da nova modalidade de acumulação da economia dependente

*Cuando sonó la trompeta, estuvo
todo preparado en la tierra
y Jehová repartió el mundo
a Coca-Cola Inc., Anaconda,
Ford Motors y otras entidades*

Pablo Neruda

Nossa tarefa agora é expor o modo pelo qual Agustín narra os delineamentos centrais do processo de industrialização latino-americana e suas contradições elementares, a partir disto perceberemos como nosso autor amarra a questão da nova forma de reprodução do capitalismo dependente em nosso continente.

Escapando de modelos apriorísticos, Agustín refuta a tese mecânica que a crise do sistema mundial capitalista de 1929 significou um instantâneo movimento de industrialização na região, ao contrário, esta nos impôs por um longo tempo uma expressiva recessão. Em seus argumentos, nos convence que o fôlego industrializante apenas data da economia do pós-guerra.

A primeira consideração a ser feita deste processo é que ocorrera uma significativa mudança na esfera superestrutural do poder na nações latino-americanas. O Estado, antes figurado na concentração de poder do setor agroexportador, agora passa a ser protagonizado pela burguesia industrial em ascensão, no entanto, esta mudança na esfera política não é acompanhada de uma mudança qualitativa na esfera estrutural, isto significa dizer que ao largo do processo de industrialização, as antigas expressões categóricas da dependência acompanharão intimamente este caminho, determinando-o e sendo determinadas, de modo que assumirão uma nova forma.

Ao não romper com a configuração estrutural do Estado oligárquico-dependente, a burguesia industrial protagonizará o processo industrializante do pós-guerra por uma via **conjuntural**, determinada pela alta dos preços internacionais das mercadorias primárias. Lembremos que como dito no item anterior, a burguesia industrial ao não marchar pela via da revolução democrático-burguesa, mantém-se caudatária das transferências de renda oriundas do setor primário-exportador – “a via mais expedita”. Esta será a força propulsora do processo de industrialização na América Latina, e por isto mesmo, por depender de uma conjuntura favorável dos preços internacionais, configurar-se-á como seu mais estreito limite.

Cabe destacar deste primeiro momento duas características elementares do processo. A primeira é que contando com a alta dos preços internacionais o setor agroexportador recupera-se em seu crescimento econômico com uma dinâmica que comporta-se meramente pela produção

extensiva, isto é, sem caracterizar um incremento substantivo de novas forças produtivas no setor agrário: “*O mesmo Prebisch afirma que 'o estudo de 24 produtos agropecuários importantes demonstra que seu aumento de produção de 60% nos vinte anos anteriores foi obtido expandindo-se a área de terra explorada em 38% [...]*”.(CUEVA, 1983, p.170) Portanto, a primeira tese defendida por Agustín a respeito do processo de industrialização é que a recuperação do setor agroexportador em quase nada alterou a composição orgânica de capital na América Latina.

Em segundo lugar, atrelado à esta tese, Agustín chega a mais uma conclusão: ao não mudar substantivamente a composição orgânica de capital o processo de industrialização neste primeiro momento pôde propiciar em grande medida uma alta do emprego da força de trabalho, e concomitante a isto, logrou ainda, uma discreta alta dos salários, o que no limite contou com uma expansão do mercado interno. Portanto, não houve, neste primeiro momento, por contar com uma conjuntura favorável, um processo de pauperização absoluta da classe trabalhadora.

Como dito, o mesmo elemento que é o propulsor de tal desenvolvimento é seu calcanhar de Aquiles. Nas palavras de Cueva, nos anos 1960-65 a época da “bonança” acaba:

Com efeito o ansiado desenvolvimento nacional autônomo não foi mais que uma quimera. A economia latino-americana não conseguiu desenvolver um mecanismo autônomo de acumulação, tendo em vista que prosseguiu dependendo, em última instância, da dinâmica do setor primário-exportador e de seus azares no mercado internacional. [...] Apesar de todos os avanços atingidos neste período, é evidente que o setor produtor de bens de produção continuou sendo o primo pobre do processo; seu raquitismo pôs toda a industrialização à mercê da capacidade de importar máquinas e equipamentos e impediu que ocorresse uma acumulação tecnológica realmente significativa. No campo, com as poucas exceções [...] tampouco se produziu um desenvolvimento ponderável das forças produtivas; de resto, a velha estrutura latifundiária o impedia. (CUEVA, 1983. p. 176)

A queda dos preços dos produtos primários no cenário internacional configurar-se-á para a burguesia desenvolvimentista como o corolário do seu fracasso. No entanto, isto não significa dizer que o processo de industrialização se encerra, aqui, o processo assumirá uma segunda fase.

Mediante o fracasso do desenvolvimentismo – que como vimos não contava com uma possibilidade real de concreção, uma vez que se assentava em vantagens conjunturais – o capital imperialista norte-americano assume o protagonismo do processo. Este, que desde o início do século XX já dominava setores elementares de nossas economias – a mineração, o petróleo e as *plantations* – agora estende seus tentáculos para dois outros campos: a indústria e o setor financeiro.

Agustín em sua explanação aponta que em 1945, a América Latina contava com 182 subsidiárias manufatureiras de capital norte americano, já em 1960, esta cifra se levanta para 888 subsidiárias. “*Em termos absolutos, o capital norte-americano investido na indústria latino-americana passou de 780 milhões de dólares em 1950 a 2.741 milhões em 1965; com isto consolida-se o controle ianque sobre este setor, e assinala-se uma nova fase de nossa dependência.*” (CUEVA, 1983, p. 177) Este mesmo movimento é constatado com o setor financeiro:

Os bancos estadunidenses, por sua vez, não param de expandir-se: presentes em 10 países

latino-americanos em 1955, encontramos-os já em 22 (incluindo a área do Caribe) em 1967; o número de suas sucursais passa, nesse período, de 56 a 134. (CUEVA, 1983, p. 177)

Acompanhando o crescimento da presença norte-americana no setor financeiro, Agustín identifica que no mesmo período eleva-se o *financiamento externo* no interior das nações latino-americanas. Isto representará um aprofundamento da transferência de valor e subsequentemente, um processo de descapitalização generalizada no seio de nossas nações.

Em síntese, a continuidade do processo de industrialização será protagonizada pelo capital estrangeiro norte americano; este contou com a fusão de três elementos articulados: a queda dos preços internacionais dos produtos primários, o movimento de desnacionalização profundo de nossa economia e a radicalização dos mecanismos de drenagem de capital. Estes elementos combinados foram suficientes para derrotar o desenvolvimentismo e definir o novo *modus operandi* da dependência. Este amalgamar de contradições provocará reações particulares na vida social latino-americana.

Tanto a deterioração das relações de troca como a desnacionalização da economia e a vultuosa drenagem de excedente determinaram uma mudança no padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra. A afeição de superlucros do capital monopolista [...] somada à necessidade da burguesia local transferir os efeitos da deterioração aos setores populares, fez com que os salários comessem a decrescer não só em termos relativos como poderia ter ocorrido na fase anterior, mas também em termos absolutos. (CUEVA, 1983. p. 179)

A primeira expressão que mais salta aos olhos é o processo destacado acima, a pauperização absoluta da classe trabalhadora. Este fenômeno é resultante, em primeira instância, pela medida compensatória da burguesia local de impor uma compressão salarial à classe trabalhadora; acompanha isto, o fato de que se no primeiro momento a industrialização não contava com uma mudança significativa na composição orgânica de capital, agora, sob o protagonismo das inversões diretas estrangeiras, a composição orgânica tem um acréscimo significativo de capital constante, o que na balança significa um aumento expressivo do exército industrial de reserva, que em suas características, cumpre a função de pressionar os salários cada vez mais para baixo. Ainda em relação ao processo de pauperização absoluta, Agustín demarca mais um elemento: a nova função que as economias latino-americanas cumprirão na divisão internacional do trabalho. Se antes atuávamos como “celeiro do mundo”, como produtores de bens primários e, esta era nossa grande “vantagem comparativa”, no cenário da nova modalidade, passamos a cumprir mais uma função, a de provedora de força de trabalho abundante e barata (barateada).

O segredo último deste modelo consiste na criação deliberada de uma nova “vantagem comparativa” que permita à economia subdesenvolvida “superar” sua falta de autodinamismo, inserindo-se no sistema capitalista não mais apenas na qualidade de produtora de bens primários, mas agora também como provedora de mão de obra barata (barateada) para certo tipo de atividades industriais que com este novo “atrativo” começam a deslocar-se do “centro” para a “periferia” (CUEVA. 1983. p. 201).

Decorre disto mais uma particularidade do capitalismo dependente: esta estrutura produtiva

provoca um impasse à realização de capital no interior das economias latino-americanas. Ao elevar os níveis de pauperização da classe trabalhadora ao extremo, o desenvolvimento industrial e o processo de realização do valor encontra uma barreira há muito conhecida: o mercado interno. No entanto, como bem dito por Agustín, “*nenhum processo de acumulação capitalista se caracteriza pela estagnação*” (CUEVA, 1983. p.197), de tal forma, ao deparar-se uma vez mais com este impasse, o capital se vê no imperativo de superar tal bloqueio, e o faz de forma singular: **realizando o valor não nos marcos da economia nacional, e sim no mercado internacional** - seja em economias subdesenvolvidas, seja nas próprias nações desenvolvidas. O salto de qualidade deste processo é que há um choque de contrários – produzir valor baseado na pauperização absoluta da classe e por isto mesmo não poder realizar-se no seio da economia nacional – que cria uma superação que não supera as determinações essenciais de contração do mercado interno, inversamente, o capital incorpora estas contradições como condição *sine qua non* de sua reprodução ampliada. As contradições agora, se encontram em um nível mais elevado, numa gama mais complexa de relações sociais capitalistas de natureza dependentes.¹⁵

Para finalizar este momento, devemos precisar ainda duas características: a desnacionalização e a configuração do poder na América Latina.

Sobre o processo de desnacionalização nosso autor nos mostra duas formas de concreção do fenômeno, a primeira delas, é a queima direta do patrimônio público, isto é, a privatização das empresas nacionais públicas. A segunda é o predomínio estrangeiro através dos investimentos diretos que corresponde a uma tendência de concentrar o capital – em especial o norte-americano – em segmentos industriais, a outra face disto é uma expressiva centralização dos capitais decorrente da asfixia imposta as médias e pequenas empresas que não dispõem de capacidade de concorrência com o grande capital, que ou entram em declínio até chegar à falência, ou simplesmente são anexadas ao grande capital como sócias menores – ocorrendo com isto um processo de transnacionalização das economias latino-americanas. Agustín nos indica que este fenômeno inclusive se estende ao setor agrário, com a formação de gigantescos complexos agroindustriais – este dado nos é caro para ao final discutirmos a formação do proletariado rural e, enfim, suas potencialidades na luta de classes.

A respeito do poder, Agustín insere a definição de *bloco monopolista*. Resulta deste fenômeno de transnacionalização das economias, que o capital monopolista estrangeiro passa a ditar as regras do jogo na esfera política e ideológica, no entanto, este movimento conta com uma sócia menor, uma pequena parcela da burguesia monopolista nativa que logrou esta fusão com o capital estrangeiro. Dirá Agustín que este bloco monopolista no poder guarda em si os germes da

15 Cabe dizer que em nota, Agustín reconhece que o mesmo fenômeno fora entendido por Ruy Mauro Marini, no entanto, reserva sua análise em definir que há um movimento de expansão para economias subdesenvolvidas e economias industrializadas, não chega a caracterizar o movimento como “subimperialismo” como quer Ruy Mauro.

fascistização presenciada na América Latina com as ditaduras militares, uma vez que para a reprodução ampliada de tal estrutura produtiva é preciso uma gama jurídico-política que segure o ímpeto das massas em rebelar-se. Esta base superestrutural protofascista que representa o bloco monopolista é a garantia da 'decolagem' dos investimentos diretos do capital estrangeiro. Agustín valendo-se de um informe da CEPAL, pode verificar que mesmo este organismo reconhece tal fenômeno em suas considerações:

Na maior parte dos países latino-americanos, as variações ocorridas na distribuição do poder nas sociedades não se fizeram acompanhar de um incremento significativo da participação popular na tomada de decisões. Diminui a importância relativa das classes latifundiárias, e há uma tendência à repartição do poder entre as tecnoburocracias e os grandes interesses industriais financeiros, com participação crescente das empresas transnacionais. (CUEVA. 1983. p. 199)

Nos termos de nosso autor, a questão apresentada pela CEPAL é exposta da seguinte forma:

No curso desta série de transformações constitui-se uma franja de burguesia monopolista nativa, cada vez mais importante, ligada ao capital imperialista como carne e unha. Este binômio nativo estrangeiro (“transnacional”, exatamente) tece por sua vez uma intrincada rede de relações não só ideológicas e políticas como também econômicas com as cúpulas da tecnoburocracia civil e militar, configurando dessa maneira *bloco monopolista*, [...] e que contém em si os germes de uma eventual fascistização. Este processo político, no entanto, não se “coagula” mecanicamente, como mero epifenômeno do nível econômico; na verdade concretiza-se naquelas situações em que a exacerbação da luta de classes chega a ameaçar o predomínio do grande capital [...](CUEVA. 1983. p. 209)

Passemos agora ao último momento de nossa exposição, como esta nova modalidade de acumulação define o horizonte revolucionário na América Latina.

Democracia, reforma, revolução

*No hay más cambios que hacer;
o revolución socialista o caricatura de revolución.*

Che Guevara

Como mencionado ao largo de nosso texto, um de nossos objetivos é apresentar pela obra “*O desenvolvimento do capitalismo da América Latina*” como Agustín desenha os contornos gerais da estratégia da luta revolucionária no continente, mas, nunca é demais lembrar, seria irresponsável de nossa parte ultra-generalizar as teses defendidas nesta obra como se elas compreendessem a totalidade de seu pensamento.

Para iniciar esta exposição, cabe resgatar uma passagem já apresentada no corpo do texto: “*a depuração do caráter proletário das lutas dos trabalhadores só ocorre na fase pós-oligárquica, ou seja, quando a própria matriz estrutural vai decantando a estrutura de classes em um sentido cada vez mais capitalista.*”(CUEVA, 1983, p. 146)

Narramos que no processo de industrialização na América Latina está gravado uma tendência generalizada de transnacionalização de nossas economias cuja representação jurídica e política está conformada por um *bloco monopolista* no poder, transnacionalização esta que afeta inclusive os setores agrários com a formação dos complexos agroindustriais a partir do final dos anos 1950¹⁶; isto significará para as lutas sociais uma mudança qualitativa, abrindo para a classe uma fenda histórica de encampar a luta na direção do socialismo.

É preciso dizer, que aquelas confusões expressas no processo de consciência de classe oriundas do Estado oligárquico – uma jovem classe operária marcada pelo seu isolamento e pela sua confusão teórica ao combater o inimigo de seu inimigo; um campesinato em vias de proletarização com profundas contradições, uma vez que o trabalho no campo revivia formas de organização de trabalho servis arrastando para isto elementos de natureza cultural que intrincavam as tarefas políticas, levando este seguimento de classe ao limite de uma revolução democrático-burguesa - não se manifestam mais, uma vez que para Agustín, a superação do Estado oligárquico pela via do capitalismo industrial representado pelas burguesias estrangeiras e uma pequena capa de burguesia monopolista local associada como unha e carne do imperialismo, permite a mencionada depuração da luta proletária.

Isto significa que, se o Estado oligárquico era uma trava para a luta socialista, no cenário vivido pelo autor, a tarefa era a revolução socialista, apresentada agora não apenas como um horizonte longínquo, mas como uma possibilidade real de ser provada na conjuntura vivida de seu tempo.

É inegável que no processo de complexificação do capitalismo suscitaram experiências de luta da classe que permitem a afirmação de Cueva. Ao fazer o exame detido dos levantes populares, Agustín sugere como **propositura conjuntural** para seu tempo, que a luta revolucionária na América Latina em um contexto de ditaduras espalhadas por todo continente, inicia pela luta em defesa da Democracia e das reformas; e afirma, que pelas peculiaridades de nossa morfologia social a Democracia defendida pelas massas, “*adquire um conteúdo social que vai muito mais além do marco puramente formal.*” Esta luta, obviamente enfrenta o risco de ser diluída por algum caudilho pequeno-burguês – movimento vulgarmente nomeado populismo-, mas a luta em si guarda a potencialidade revolucionária e para Agustín, deve ser protagonizada pela “*intervenção cada vez mais autônoma do proletariado urbano e rural.*”¹⁷

Isto porque Cueva percebe que a classe ao encampar a luta no terreno democrático-burguês, é impulsionada à enfrentar as estruturas de reprodução do capital monopolista, de modo que ou esta avança em seus anseios ou recua. Ao avançar, sua pauta que inicialmente era reformista – e a

16. Agustín não se aprofunda no debate, mas referencia em nota a obra de Alberto Passos Guimarães “A crise agrária”.

17. Em clara diferença das teses dos Partidos Comunistas da época que planteavam a conciliação de classes como estratégia de transição ao socialismo.

reforma agrária é o exemplo mais pujante – torna-se necessariamente uma tarefa anticapitalista com potencialidade revolucionária. Recorremos aos exemplos usados pelo autor, a respeito da Guatemala:

De fato como realizar uma transformação no campo sem atingir os interesses do imperialismo em um país colonial, no qual só a United Fruit possui centenas de milhares de hectares?

A vontade de levar a efeito o objetivo “democrático burguês” como o mencionado impõe, pois, aos revolucionários da Guatemala uma tarefa simultânea e ineludível; qual seja a da luta antiimperialista, que se concretiza efetivamente com a expropriação de grande parte das terras dessa companhia ianque. Tomada esta medida, o enfrentamento já não se dá mais só entre setores progressistas e reacionários de uma mesma nação, mas sobretudo entre o povo guatemalteco e o imperialismo. (CUEVA. 1983, p. 185)

O caso cubano para Cueva é a expressão cabal deste movimento de *ruptura dialética*; o glorioso movimento 26 de Julho em seus primeiros passos estava imbuído basicamente de duas tarefas, derrotar a ditadura de Batista e impor uma reforma agrária popular. Com este objetivo, a guerrilha pôde agregar em torno de si todas as forças progressistas existentes em Cuba, que estavam longe de serem comunistas por excelência. Quando os revolucionários entram em Havana em 1º de janeiro de 1959, estes são revolucionários democráticos e populares, que no bojo do tensionamento resultante de suas ambições reformistas, vão desenhando o caminho possível para a revolução prosseguir, este caminho é o horizonte socialista.

Os guerrilheiros que derrotaram o exército mercenário de Batista não são, portanto, milicianos comunistas, mas tampouco homens dispostos a ceder um palmo sequer no cumprimento de seu programa democrático. Deparam-se, então, com um problema muito semelhante ao dos revolucionários guatemaltecos, que é como levar a cabo uma tarefa semelhante sem atingir os interesses do império, que neste caso é amo e senhor da ilha. A partir deste dado objetivo, e apenas com o intuito de cumprir as metas inicialmente fixadas, o dilema é muito claro: ou o recuo ou o enfrentamento com o principal inimigo. [...] A acumulação de contradições, própria de nossas formações semicoloniais, não tarda, pois, a empurrar o processo cubano para posições cada vez mais avançadas, que finalmente dão o grande salto quando a vanguarda política liderada por Fidel Castro e Che Guevara vê, com absoluta justeza histórica, que não resta outra alternativa senão o socialismo. (CUEVA, 1983. p 194)

É importante alertar que Cueva não está propondo, ao que nos parece, uma estratégia que contemple uma aliança entre operariado e burguesia industrial, este não recai em teses etapistas, mas sinaliza que o processo de trânsito da consciência em si – reivindicativa democrático-burguesa – para a forma de consciência para si – que assume as rédeas da história fundada na perspectiva socialista – é embasado pela realidade concreta na qual o proletariado se insere. Esta mesma realidade sugere a nosso autor que o curso da luta em seu tempo histórico obedece a este conjunto de determinações. Seu último argumento usado a respeito é que o próprio imperialismo maneja esta tese. Diz Agustín que o reformismo, quando manejado pelas capas burguesas da América Latina, obtivera outrora um trato bastante diferente daqueles que maneжaram o reformismo e a democracia desde uma direção proletária. Novamente recorrendo ao exemplo guatemalteco:

Até este ponto [ou seja, até antes de o caráter antiimperialista da luta revelar-se claramente, AC], o curso dos acontecimentos parecia razoável. Mas em 1950 o Partido Comunista

introduziu os *slogans* e as táticas que em todas as partes têm-se mostrado tão desagregadores (...). As empresas de propriedade norte-americana foram os alvos principais dos ataques comunistas. Primeiro foram as 'três grandes': a United Fruit Companhia, com um investimento de 50 a 60 milhões de dólares; a The Internacional Railways of Central America, com uns 50 milhões; e a Empresa Elétrica, subsidiária da American Foreign Power, com aproximadamente 15 milhões (...) Compreensivelmente alarmada com a presença do que parecia ser uma direção efetivamente na América Central, Washington buscou os meios de contê-la e derrotá-la. (CUEVA. 1983. p. 186)

Enfim, Agustín finaliza estes argumentos apresentando que a tarefa histórica de seu tempo é a conquista da democracia, e que esta bandeira guarda a particularidade potencial de abrir uma fenda na história para arrancarmos do horizonte a emancipação humana, e fazer dela o presente. O curioso é pensar que o caminho argumentativo de Agustín nos induz a ler que os anos 1960 – com o acirramento inegável das lutas no continente – é em nossa história o primeiro momento conjuntural que a classe trabalhadora latino-americana dispõe de fato de condições para lograr um trânsito socialista.

Considerações finais

*Uma parte de mim é permanente:
outra parte se sabe de repente.*

Ferreira Gullar

Como primeiras palavras: aos que examinarem este trabalho não esperem uma relatoria técnica, me desculpem a indiscrição, mas acabo de ler Agustín Cueva, um revolucionário e um crítico ferrenho à usina do falso que se tornaram nossas universidades.

Os resultados que chegamos neste trabalho não exprimem nenhum brilhantismo, são constatações simples a partir da leitura rigorosa de uma obra – esta sim, brilhante - que julgamos imprescindível para a compreensão de nossa história. Permito-me aqui, relatar um pouco o movimento pelo qual Agustín agiu sobre mim.

Inicialmente, insuflado pela necessidade imperante de discutir a dependência latino-americana em termos fundamentalmente marxistas, eu, jovem entusiasmado, me coloquei ao lado de Ruy Mauro e, como de costume, os inimigos de meus inimigos são meus amigos; assim eu via qualquer um que se levantasse contra as teses formuladas especialmente por Ruy, como inimigos, ou melhor, como adversários teóricos a serem refutados em defesa de uma posição teórica que melhor fundamente nossa postura militante.

No conjunto de meus estudos prévios a este trabalho travei contato com o texto de Vânia Bambirra - “uma anticrítica” - e descobri um sujeito chamado Agustín Cueva, que respeitosamente

Vânia o aponta como o intelectual que melhor forjou críticas a Teoria Marxista da Dependência. Pois bem, debrucei-me sobre o texto que Vânia referencia: “*Problemas y perspectivas de la Teoría de la Dependencia*”, de Agustín. Foi aí nosso primeiro encontro, e como toda primeira vez, foi estranha. Esta leitura me provocou tanto reafirmações de meus estudos prévios como inquietações que me forçariam a fazer um caminho de volta ao início de meus estudos, me indispus com as generalizações de Agustín e tive que me dobrar em afirmações categóricas a respeito do desenvolvimentismo e, mais que isso, vi em seu texto alguém que não estava brincando de fazer teoria e, por isto mesmo, suas provocações eram válidas e deveriam ser respondidas a altura, mas eu, jovem entusiasmado, fui pra casa com Ruy Mauro querendo esquecer Agustín Cueva. Enfim, neste primeiro contato, Agustín e eu não nos entendemos muito bem, poderia – metaforicamente – dizer, que brigamos e que apenas mais tarde tornaríamos a ver-nos.

Disse pra mim mesmo que é preciso, em nosso tempo histórico resgatar Ruy Mauro, disseminá-lo em todos os espaços de disputa ideológica. Pois bem, a arregaçar as mangas! E encontrei um caminho de reafirmar Ruy Mauro dialogando este com o sujeito que pelas próprias palavras de Vânia teceu as melhores críticas, e melhor ainda, no interior de nossa grande família marxista. A briga com Agustín havia sido tão grande que eu gostaria de ressuscitá-lo para novamente enterrá-lo. E, decididamente, escrevi o projeto.

No entanto, brincava eu com fogo. E ao me dispor a ler detidamente sua obra fui gradativamente percebendo o quão perigoso é ser jovem e entusiasmado – chegamos, muitas vezes, a ser desrespeitosos com camaradas que nem sequer demos a chance deles falarem por si mesmos. Me permiti ouvir Agustín em sua profundidade, imediatamente envergonhei-me. Como pensar que Agustín poderia ser um inimigo? Cueva e Marini são companheiros, que como todos os camaradas, brigam e abraçam-se. A partir disso, nosso reencontro, regado a cafés e madrugadas, tornou-se instigante e, percebi que este homem deveria sim ser ressuscitado – como foi Ruy Mauro – mas de forma alguma eu deveria novamente sepultá-lo, afinal de contas, onde eu estava com a cabeça ao querer enterrar um companheiro em função de outro? Esta não é uma tarefa de um revolucionário.

Não quero com isso, que julguem nosso reencontro como julgamos as relações fetichizadas do amor burguês. Brigamos e fomos francos um com outro – guardamos até o fim diferenças, mas percebi que aquele sujeito casmurro tinha em suas linhas a dureza e o compromisso que para os questionamentos que me acompanham certamente me ajudariam; e ao final, a primeira conclusão que chego é que mudei bastante, primei categorias com as contribuições de Agustín, preenchi lacunas históricas que soberbamente pensava ter resolvido, questionei e fui questionado, e isto é, no mínimo bonito justamente por sua franqueza.

Creio que me estendi demasiado nas emoções, quero agora ressaltar materialmente os aspectos desta obra estudada que conluo ser indispensável para nosso tempo.

O primeiro aspecto a ser destacado é a defesa rigorosa do método materialista dialético, que para Agustín é algo inalienável. Nesta obra, nosso autor, por manejar adequadamente o método, pôde tocar as essencialidades que caracterizam a particularidade de reprodução do capitalismo dependente não encerrada em si mesma, e mais que isso, transpôs a evidência do fenômeno – tão perigosa por esconder o processo que a produz – e por isto, logrou projetar para seu tempo condições concretas de formular as estratégias e táticas da transformação radical do capitalismo. Agustín nos revela – como demonstrado no curso do texto – uma América Latina uma, diversa e contraditória em contínuo movimento de negar-se a si mesma e superar suas contradições impondo uma nova legalidade que arrasta consigo traços do antigo, mas em um nível redefinido e composto por contradições qualitativamente superiores e, que ao nascerem enquanto novas – pela processualidade regular do movimento contraditório – imediatamente já projetam os lineamentos de sua superação enquanto potência. Descreve-nos cientificamente uma América Latina viva e vivida por sujeitos que guardam em si as determinações específicas de seu tempo histórico.

Para nós, hoje, a rigorosidade com o método é tarefa ineludível, pois, amparados por este, teríamos condições de vislumbrar cirurgicamente as tarefas concretas de nosso tempo, sem recair, como temos recaído, no voluntarismo ou pior, na resignação. Portanto, como primeira consideração, entendo que a defesa do método materialista dialético alavancada por Agustín vivifica a possibilidade de influirmos conscientemente como classe revolucionária na história.

Deve ser exposto aqui que Agustín, ao meu ver, faz uma análise acertada dos mecanismos de valorização do valor que configuram nosso tecido social. Quando nosso autor demonstra a formação histórica que determina o nascimento do subdesenvolvimento como um resultado da desacumulação primitiva de capital para a região - com o cuidado de constatar que esta está ligada visceralmente à acumulação originária de capital para o brotar deste como legalidade cosmopolita das relações sociais – resulta para nossa realidade particular uma especificidade: uma limitação concreta fundada no baixíssimo desenvolvimento de forças produtivas acompanhada de uma herança na consciência de classe reacionária – no caso burguesa – incapaz de alavancar as tarefas concernentes à revolução democrático-burguesa. Creio que corretamente narra as contradições que gestaram o nascimento das categorias elementares de nossa dependência, a saber: o intercâmbio desigual e a realização extremista da lei do valor.

Considero ainda que nosso autor ao tratar o que chama de novas modalidades da dependência está analisando o que posteriormente convencionaríamos chamar neoliberalismo, e isto é bastante impressionante: um intelectual que não sucumbe a ser profeta do passado. Perceber como o movimento de complexificação do capitalismo dependente foi atravessado por uma subsunção real ao imperialismo em suas contradições específicas do momento histórico e que em sua

composição forja no seio da superestrutura política um bloco monopolista no poder, que é o germe da fascistização de seu tempo, e, responsável por superar pela via da transnacionalização de capitais as limitações impostas para a realização do valor no interior mesmo da nação que o produz, levando o capital a um movimento de externalização de realização do valor, seja em nações regionais seja em nações centrais, é em palavras simples, captar a raiz nevrálgica do problema e com isto criar condições de afirmar proposituras que não criam ilusões com a propaganda desenvolvimentista e mais que isso, reafirmar o proletariado como sujeito revolucionário.

Como dito, considero que Agustín percebe com clareza o **movimento** pelo qual se produz e reproduz o intercâmbio desigual e a realização extremista da lei do valor, mas, guardamos nossas diferenças quanto à definição conceitual do fenômeno. Mais abaixo volto neste ponto. Tratemos aqui suas contribuições fundamentais.

É certo que outros autores de seu tempo haviam chegado às mesmas conclusões, identificar tais categorias não é uma exclusividade de nosso autor. O que me parece sim ser o real avanço de Agustín para os debates de seu tempo é o trânsito teórico da particularidade para as singularidades dependentes. Ao adentrar no debate do desenvolvimento desigual este dá um salto substancial com sua tese de choques dos modos de produção, isto é, as diferenças expressas entre as nações dependentes estão ancoradas na conformação de sua formação social que em última instância podem ser lidas e compreendidas pela maior ou menor violência com a qual o capital subordina ou extirpa os modos de produção preexistentes, de modo que este acaba por vezes incorporando características das relações sociais pré-capitalistas imprimindo nestas um tólos de acumulação de capital e não mais a manutenção da vida comunitária como nos casos de comunidades autóctones, ou simplesmente alavancando um extermínio generalizado de tais modos de produção. Em síntese, este trânsito sugerido por Agustín está fundado na perspectiva de que para entendermos as peculiaridades dependentes devemos analisar fundamentalmente a dinâmica própria da luta de classes no interior de cada formação social. Ao meu ver, esta é sua grande contribuição.

Sobre a questão da revolução democrático-burguesa na América Latina, confesso ao leitor, não tenho condições de concordar ou discordar plenamente com Agustín a respeito de suas colocações acerca do controverso debate; o modo pelo qual este autor tece suas teses me causou profundo ruído e não me sinto em condições de refutá-lo, muito embora, não me sinto plenamente contemplado em sua defesa. É sabido que Agustín estava, como grande parte dos intelectuais de seu tempo, fazendo um acerto de contas com as teses dos Partidos Comunistas, e ao largo de sua obra podemos afirmar com segurança que superou criticamente muito de seus conteúdos, em especial os posicionamentos que verificavam uma necessidade de aliança entre burguesia e proletariado, o inesgotável debate acerca das etapas. No entanto, sinto que quando escreve sob a luz da experiência guatemalteca e cubana, Agustín ainda entende a reforma como fenômeno que guarda em si o

estopim revolucionário; me soa como se dentro de Agustín ainda houvesse resquícios do Partido Comunista Equatoriano. Para não correr o risco de enterrá-lo, sou sincero em dizer que não estou intelectualmente maduro para responder tal questão, por hora, para mim isto é um ruído que preciso resolver. Creio que para uma pesquisa futura, esgotar o debate de Agustín Cueva e Rafael Quintero que fora alavancado no interior do PCE pode ser uma pista possível para entender de maneira séria o modo pelo qual Agustín se posiciona criticamente frente a esta questão.

Outro aspecto a ser considerado aqui é minha posição teórico-política antes e depois da leitura da obra em questão. Tendo em vista que iniciei minha pesquisa para reafirmar Ruy Mauro, e no curso dos estudos descobri a relevância de Agustín, tive que responder em orientação uma perspicaz provocação: feito este caminho de ser tocado em larga medida por Cueva, como eu vejo hoje Marini? Minha primeira resposta: ainda acho lindo o bigode de Marini! Brincadeiras a parte, entendo que ambos os autores estão observando os mesmos movimentos, e descrevem os movimentos pelos quais a dependência se produz e reproduz com acordo. No entanto, minhas divergências com Agustín não são minhas, são as de Ruy Mauro. Mais acima disse que os encaminhamentos conclusivos de Agustín a respeito dos mecanismos analisados não me parecem serem suficientemente definidores para o problema, em especial duas questões sobressaltam no debate: quando Agustín trata o rebaixamento do preço da força trabalho a limites vegetativos como uma medida compensatória da drenagem de capitais resultante do intercâmbio desigual, este a trata como uma realização extremista da lei do valor, e usualmente, apenas como mote de ilustração acompanhado com aspas – ironicamente – define como superexploração. Aqui nosso autor não define a superexploração como uma categoria que compõe a espinha dorsal do padrão de reprodução do capitalismo dependente e sim, como uma radicalização dos mecanismos universais de exploração, isto é, trata a superexploração fundamentalmente como mais exploração, e mais que isso, um mecanismo de natureza universal. Ancorado nas teses de Marini, creio que Agustín incorre em um erro. Ao tratar a superexploração assim Agustín abre uma brecha analítica que permite ao leitor concluir que, não sendo uma categoria particular, a superexploração é um mecanismo comum no capitalismo em sua universalidade e, com isto perderíamos o rigor ao definir as leis gerais do capitalismo *sui generis*. Sei que há uma gigantesca polêmica a respeito do tema, especialmente entre Jaime Osório e Marcelo Carcanholo, quiçá, precisar este debate em trabalhos futuros também seja algo a ser realizado.

Talvez com projeção menor, falo do tema que Agustín toca mas não conceitua: os problemas de realização do valor “superado” pela externalização. Nosso autor conhece a definição de Marini, e claramente decide não usá-la, me parece que o problema é que não coloca nada no lugar, talvez porque não veja a necessidade de lapidar conceitualmente tal movimento. Identifica-o, e para aí, deixando um vazio, uma expectativa de coroar o objeto com alguma definição. Ao meu ver isto abre

uma lacuna que pode ser preenchida com as mais variadas teses, o que também tem sido alvo de incansáveis debates. Creio que a que melhor proporciona contributos para a questão seja nossa estimada Virgínia Fontes: o Brasil é subimperialista ou representa categorialmente o imperialismo subalterno? Uma resposta rápida me levaria a concluir que a depender de qual tese assumimos incorremos em proposições políticas diferentes, e, abrindo-me ao leitor, esta seria uma afirmação cômoda. Mas, ao enfrentar minhas limitações, me soa obscura e que dependendo da tese assumida a luta política não expressa grandes diferenças na incidência da estratégia e tática da revolução socialista. Afirmo isto com o cuidado de deixar expressamente claro que ao não conseguir visualizá-la não significa que esta inexistia. Creio mesmo que necessito primar este debate.

No entanto, no âmbito teórico – a diferenciação se mostra como tarefa fundante – parece-me mais fortuito e preciso a elaboração teórica feita por Ruy Mauro, e com isto, não acho que Agustín incorreu em um erro, mas que parou a um passo do acerto.

Respondendo a provocação, admiro Agustín – confesso até que aceitei suas sugestões de literatura equatoriana para ler nas horas de folga – o que de modo algum isto significou romper a relação com Ruy Mauro, este segue sendo um camarada que me orienta teoricamente. Ao contrário de minhas ânsias iniciais, vejo-os hoje muito mais como autores complementares que antagônicos – não que isto tenha sido suficiente para deixar de ser jovem e entusiasmado. Feito este primeiro caminho, navego em mares mais calmos com ambos os autores, muito embora tenho claro que é necessário produzir um trabalho rigoroso que estabeleça suas diferenças elementares, que certamente não se encerram nos dois pontos destacados por mim nesta preambular conclusão.

Minha última afirmativa: a mais simples de todas. Agustín Cueva é um revolucionário que precisamos desenterrar. Com este meu primeiro trabalho, creio que cumpri a tarefa de identificar a lápide; o porvir de desenterrá-lo é um largo caminho que pretendo percorrer.

Referências:

BAMBIRRA, VÂNIA. **Teoria de la dependencia: una anticrítica**. México, Era, 1978.

_____. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012

BEIGEL, FERNANDA. **Agustín Cueva: Estado Sociedad y Política en América Latina**. Casa de la cultura Ecuatoriana Ed. 1995

CUEVA, AGUSTÍN. “**Problemas y perspectivas de la teoria de la dependencia**” -In. **Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana**. Buenos Aires y Bogotá. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Siglo del Hombre Editores. 2008.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo : Global Ed. 1983

_____. **O processo de dominação política no Equador**. Florianópolis, Ed. Insular, 2016.

KATZ, CLAUDIO. **Socialismo ou novo-desenvolvimentismo**. In. Encruzilhadas da América Latina no século XXI / org. Rodrigo Castelo. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. **Críticas y convergencias com la Teoria de la Dependencia** - <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=216406>

MARINI, RUY MAURO. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis, Insular, 2017

PRADO, FERNANDO. **História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Comunicação&política, CEBELA, 2010.

TRASPADINI, ROBERTA. **Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência: da invisibilidade forjada à visibilidade reconstruída** in, Revista Pensata, V.3. N.1, 2013.

TRASPADINI, ROBERTA. STEDILE, JOÃO PEDRO (orgs). **Ruy Mauro Marini, Vida e Obra**. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.